

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

VICTOR BARTMANN DE FRANCESCHI

**ESTUDO SOBRE OS FUNDAMENTOS MORAIS DO UTILITARISMO
CLÁSSICO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

Porto Alegre

2011

VICTOR BARTMANN DE FRANCESCHI

**ESTUDO SOBRE OS FUNDAMENTOS MORAIS DO UTILITARISMO
CLÁSSICO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.

Porto Alegre

2011

VICTOR BARTMANN DE FRANCESCHI

**ESTUDO SOBRE OS FUNDAMENTOS MORAIS DO UTILITARISMO
CLÁSSICO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr. - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Sabino Porto Junior
UFRGS

Prof. Dr. Nelson Seixas dos Santos
UFRGS

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise crítica dos fundamentos morais da teoria utilitarista desenvolvida por Jeremy Bentham e James Mill. Assumindo que a ciência econômica é um ramo da filosofia moral, veremos como a filosofia utilitarista responde as questões propostas por Sócrates sobre os fins humanos (individuais e sociais). Analisaremos a teoria social, a teoria psicológica e o cálculo da felicidade utilitarista. Partindo da separação proposta por Amartya Sen quanto à abordagem metodológica da teoria econômica entre “ethics-related approach” e a “engineering approach”, investigar qual a relação do utilitarismo com esses dois tipos e como o seu legado filosófico influenciou as escolas do pensamento econômico posteriores, em especial à revolução marginalista, através de Jevons, e a escola neoclássica. Discorreremos também sobre sua influencia na prática política do século XIX. Ademais, listaremos as principais críticas dirigidas à filosofia utilitarista e ao “engineering approach” da economia.

Palavras-Chave: Utilitarismo, Jeremy Bentham, economia do bem-estar.

ABSTRACT

The objective of this study is to review the moral foundations of utilitarian theory developed by Jeremy Bentham and James Mill. Assuming that economics is a branch of moral philosophy, see how the utilitarian philosophy answers the questions posed by Socrates about the human purposes (individual and social). We look at social theory, psychological theory and the utilitarian calculus of happiness. Starting from the separation proposed by Amartya Sen as the methodological approach of economics between "ethics-related approach" and "engineering approach", we investigate the relationship of utilitarianism with these two types and how his legacy has influenced the philosophical schools of economic thought later, particularly in the marginal revolution, through Jevons, and the neoclassical school. Went on to describe his influence in the political practice of the nineteenth century. Also, list the main criticisms of the utilitarian philosophy and the "engineering approach" of the economy.

Key Words: Utilitarianism, Jeremy Bentham, welfare economics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO - ECONOMIA COMO CIÊNCIA MORAL.....	6
1.1 Algumas Questões da Moral Econômica.....	7
1.2 Elementos deste Estudo.....	10
2 UTILITARISMO CLÁSSICO.....	13
2.1 Teoria Psicológica Utilitarista.....	19
2.2 Teoria Social Utilitarista.....	22
2.3 Cálculo da Felicidade.....	24
3 INFLUÊNCIA DO UTILITARISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA.....	28
3.1 No Marginalismo e no Neoclassicismo.....	32
3.2 Na Economia do Bem-Estar Social.....	36
4 CRÍTICAS AO UTILITARISMO.....	40
4.1 Crítica às Bases Morais do Utilitarismo.....	41
4.2 A Crítica de John Stuart Mill.....	45
5 CONCLUSÃO – OCULTAÇÃO E REVELAÇÃO DA MORAL.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO – A ECONOMIA COMO CIÊNCIA MORAL¹

“Homo est multorum hominum substantialis unitas²”
(Remigio de Auxerre)

“A espécie não é uma essência única que reside ao mesmo tempo em muitos indivíduos; é uma coleção de semelhanças”
(Roscelino de Compiègne)

A ciência econômica como hoje a conhecemos nasceu da reflexão sobre a existência humana e sobre a condição do homem em primeira instância. Assim foi com Adam Smith (1723-1790), professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow, que primeiro publicou o seu *ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos* – ou simplesmente *Teoria dos Sentimentos Morais* – antes de escrever a sua obra mais famosa, a saber, *A Riqueza das Nações*. Smith seguiu a lógica que enxergou em David Hume³, ou seja, partiu de um profundo estudo dos sentimentos que regem a conduta individual para posteriormente, em *A Riqueza das Nações*, elaborar uma teoria sobre as leis e forças econômicas através do estudo dos “princípios gerais da lei e do governo, [...] não apenas no que diz respeito à justiça, mas à ordem e à fazenda pública, ao exército e tudo o mais que seja objeto da lei”⁴ (SMITH, 2002, p.428). Para os economistas clássicos, portanto, as ações econômicas individuais estão naturalmente ligadas ao estudo da psicologia e da moral do indivíduo.

¹ Todas as traduções em notas de rodapé deste trabalho são nossas, a menos quando indicado contrário.

² “O homem é a unidade substancial de muitos homens”.

³ “Tis evident, that all the sciences have a relation, more or less, to human nature [...]; Even Mathematics, Natural Philosophy, and Natural Religion, are in some measure dependent on the science of Man”. (HUME, 1896, p.XIX), tradução: “Resta evidente que todas as ciências têm relação, maior ou menor, com a natureza humana [...]; Mesmo a Matemática, Filosofia Natural e Religião Natural são, em alguma medida, dependentes da ciência do Homem”.

⁴ Cabe uma explicação: Smith (2002, p.425) escreveu que “as duas partes úteis da filosofia moral são a Ética e a Jurisprudência”. Entretanto Smith usa o termo jurisprudência no sentido de jurisprudência natural, que para os iluministas ingleses – verificado em Hume e outros – era definida como uma teoria de justiça, derivada dos indivíduos compondo um coletivo. Assim a qualidade da justiça deriva da moral dos indivíduos. Em outras palavras, a jurisprudência natural é a justiça resultante da interação entre os diferentes indivíduos da sociedade. Portanto quando Smith fala em estudo da lei, refere-se tanto a lei natural (decorrente do comportamento moral) como a lei positiva.

Mas esta associação não inicia com os clássicos ou com Smith. Amartya Sen (1987) reporta que o trato da economia como ramo da Ética remonta, pelo menos, a Aristóteles. Cabe uma observação etimológica: o termo *economia* é originário do grego antigo onde *oikos* significa “casa” e *nomos* significa “costume” ou “lei”. Portanto uma tradução livre de *oikonomia* seria algo como “regras da casa” ou “administração doméstica”, o que nos diz muito pouco sobre o que entendemos sobre ciência econômica hoje. E, pelo menos em primeira análise, pouco nos diz sobre o sentido que Aristóteles deu a ciência econômica.

Na sua principal obra sobre Ética, qual seja o *Ética a Nicômaco*, Aristóteles aponta que a finalidade da economia é a riqueza⁵. Esta estaria subordinada, todavia, a “arte mestra” que é a Política. Sugere então que,

Como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. (ARISTÓTELES, 1984, p.49-50).

Portanto, o que Aristóteles faz é relacionar a economia, ainda que como ciência subordinada à política, aos fins humanos. Assim, podemos depreender da interpretação da ciência econômica por Aristóteles como sendo a ciência cuja finalidade específica é a riqueza, mas cuja finalidade última é o bem humano, uma vez que “a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos: é algo de útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outras coisas.” (ARISTÓTELES, 1984, p. 52).

1.1 Algumas Questões da Moral Econômica

Partindo da interpretação de Aristóteles surgem duas questões que Sen identifica como sendo “particularly foundational⁶” para a ciência econômica. Uma diz respeito à motivação humana; a outra, sobre conquista ou realização social (social

⁵ “Admite-se geralmente que toda a arte e toda a investigação, assim como toda a ação e toda a escolha, têm em mira um bem qualquer; [...] Onde existem fins distintos das ações, são eles por natureza mais excelentes do que estas. Ora, como são muitas as ações, artes e ciências, muitos também são seus fins: o fim da arte médica é a saúde [...] o da economia é a riqueza”. (ARISTÓTELES, 1984, p.49)

⁶ “Particularmente fundamental”

achievement), ou avaliação do bem para o coletivo. Estas duas questões que tratarei de esmiuçar agora, são o alvo de estudo e interpretação deste trabalho.

A primeira questão levantada está diretamente vinculada à motivação humana; é a questão fundamental de Sócrates: “how should one live?” (“como devemos viver?”). Bernard Williams argumenta que esta pergunta é, ainda, o ponto central da filosofia moral⁷. Para Sen, a conexão entre a motivação humana e a ética (“como devemos viver”) é indissociável. Entretanto,

To emphasize this connection is not the same as asserting that people will always act in ways they will themselves morally defend, but only **to recognize that ethical deliberations cannot be totally inconsequential to actual human behavior**⁸. (SEN, 1987, p.3-4, grifo nosso).

Cabe lembrar que:

Os filósofos empregam os termos ‘moral’ e ‘ética’ para se referir ao modo como as pessoas deveriam agir. Um ato moral ou um ato ético é o que é certo de se fazer. Um ato imoral ou antiético é errado. Perguntas sobre como agir, portanto, são também perguntas sobre o bom e o ruim. (STEVENSON, 2001, p. 49)

A caracterização do comportamento humano depende, portanto, do estudo das bases morais que julgarão os seus atos. Como deixa clara a citação acima, é certo que, apenas identificando esta base moral, não é de se esperar que os indivíduos sejam inevitavelmente congruentes com o julgamento moral. Se o homem é dotado de razão, que lhe proporciona conhecer, mesmo que em bases não muito sólidas, os objetivos e conseqüências das suas ações e escolhas, faz-se necessário entender quais são as motivações humanas e, a partir do conhecimento das bases morais individuais, derivar a conduta do indivíduo.

⁷ “The aims of moral philosophy, and any hopes it may have of being worth serious attention, are bound up with the fate of Socrates' question, even if it is not true that philosophy, itself, can reasonably hope to answer it”. (WILLIAMS, 1985, p.1), tradução: “Os objetivos da filosofia moral, e qualquer esperança de que sejam dignos de séria consideração, estão vinculados ao destino da questão socrática, mesmo que não seja verdade que a filosofia, por si só, pode sensatamente esperar em respondê-la”.

⁸ “Ressaltar essa ligação não equivale a afirmar que as pessoas sempre agirão de maneira que elas próprias defendem moralmente, mas apenas reconhecer que as deliberações éticas não podem ser totalmente irrelevantes para o comportamento humano real”.

A segunda questão diz respeito à sociedade: “o que é o bem para o coletivo dos homens?” Portanto diz respeito ao julgamento pelos homens de algum tipo de realização social do coletivo (no caso de Aristóteles, da pólis). Aristóteles revela que:

Ainda que tal fim [o bem humano] seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estados. (ARISTÓTELES, 1984, p.50)

Claro que Aristóteles fornece, de certa forma, uma explicação metafísica e estética (“mais belo e mais divino”) da razão social; mas pode-se argumentar que é simplesmente desejável que o fim seja estendido à sociedade. Aristóteles não se preocupou em provar que o bem dos outros traria necessariamente, ou indubitavelmente, bem para o indivíduo. Argumenta, todavia, e isto fica claro no *Política*, que o propósito do Estado é a promoção de uma “vida digna” ou “plena e satisfatória” da população. Portanto, essa segunda questão está intrinsecamente ligada ao estudo de Welfare Economics, como bem observa Sen (1987). O aprofundamento dessa questão deve levar a discussões mais elevadas sobre o que é o “bem”, “vida digna” ou “satisfatória” e mesmo sobre a “eficiência”⁹.

É recorrente nos livros de história do pensamento a comparação da abordagem à ética no pensamento oriental (na qual Confúcio é o maior representante) e na filosofia ocidental. Enquanto que a filosofia oriental teria tido, ao longo da história, majoritariamente, uma abordagem coletivista, com ênfase na harmonia social, os pensadores e filósofos ocidentais, por outro lado, teriam focalizado na abordagem individualista, não se preocupando tanto com posições sociais, partindo, portanto, de um indivíduo livre e independente¹⁰. Stevenson (2001,

⁹ “This 'ethic-related view of social achievement' cannot stop the evaluation short at some arbitrary point like satisfying 'efficiency'. The assessment has to be more fully ethical, and take a broader view of 'the good'. (SEN, 1987, p.4), tradução: “Essa ‘concepção da realização social relacionada à ética’ não pode abster a avaliação em algum ponto arbitrário como “satisfazer a eficiência”. A avaliação tem de ser mais inteiramente ética e adotar uma visão mais abrangente do ‘bem”.

¹⁰ Individualismo metodológico é “uma doutrina em que todos os fenômenos sociais são explicáveis em termos de atitudes e decisões individuais. Deste modo, para utilizá-lo, é necessário conhecer o fenômeno internamente; dentro do indivíduo. Em sua forma mais extremada, entretanto, este método parte do indivíduo isolado de relações sociais para determinar as reações humanas. A partir de uma avaliação subjetiva do homem, este é deslocado de seu meio cultural, histórico e ético, tido como dados, ou seja, são ignoradas as reações internas, imersas na teia social” (AVILA, 2010, p.35).

p.55) sustenta que “no ocidente, a religião, a ciência, o capitalismo e a democracia tem promovido o individualismo”.

Em Hobbes, o individualismo culminou como a própria caracterização da motivação humana. Em *Leviathan*, publicado em 1651, argumenta que “todos os motivos humanos advinham de um desejo egoísta do que quer que promovesse o ‘movimento vital’ do organismo individual (pessoa).” (HUNT, 2005, p.120). Para Hobbes, até mesmo a compaixão era apenas um disfarce de um auto-interesse egoísta¹¹.

Grief for the calamity of another is pity; and ariseth from the imagination that the like calamity may befall himself; and therefore is called also compassion, and in the phrase of this present time a fellow-feeling: and therefore for calamity arriving from great wickedness, the best men have the least pity; and for the same calamity, those have least pity that think themselves least obnoxious to the same¹². (HOBBS, 1651, p.37)

1.2 Elementos deste Estudo

A tarefa que tenho empreendido até aqui é: procurar demonstrar, com base na história do pensamento ocidental, que a ciência econômica foi originalmente pensada, pelos autores clássicos, como um ramo da filosofia moral; e através da investigação desta origem, evidenciar quais são os objetos de análise da ciência econômica e – mais tarde – os meios com os quais a ciência tem tratado dessas questões. Identifico, assim, as questões originais da ciência econômica.

E essas eram as mesmas questões que inquietavam os economistas clássicos. Resulta desta linha de raciocínio o fato de que a microeconomia, para os clássicos, era fortemente associada com a filosofia moral e a psicologia.

¹¹ Hunt resume satisfatoriamente a doutrina contida em *Leviathan*: “na ausência de restrições sociais, Hobbes achava que esse egoísmo inato levaria, inevitavelmente, a um ‘estado natural’ de guerra, em que cada pessoa era contra todas as outras. [...] A única escapatória do combate brutal era o estabelecimento de alguma fonte de poder absoluto – um governo central – ao qual cada pessoa se submetesse, em troca de proteção de todas as outras”. (HUNT, 2005, p.120)

¹²“Dor para com a calamidade de outro é piedade; e nasce da imaginação de que a mesma calamidade pode ocorrer a si próprio; e por isso é chamado também de compaixão, e nas palavras de hoje em dia, um ‘sentimento de companheirismo’: e, portanto, para com a calamidade que oriunda da maldade, os homens bons têm menos piedade; e para a mesma calamidade, aqueles têm menos piedade se julgam menos desagradados pelas mesmas”.

Empregaram métodos de dedução e indução compatíveis com a complexidade dos fenômenos próprios do homem.

Entretanto, ao longo da história do pensamento econômico, houve uma considerável mudança na abordagem que os economistas deram a estas questões. Sobre forte influência do empirismo britânico, o utilitarismo de Bentham simplificou as questões éticas ao propor um critério único de avaliação moral: o prazer resultante das ações.

A ética utilitarista exerceu grande influência na ciência econômica e acabaria por formular “os fundamentos filosóficos da tradição posterior dos economistas neoclássicos” (HUNT, 2005, p. 126). Assim, o utilitarismo clássico é fundamental para a construção daquilo que Sen denomina de “*engineering approach*” na economia.

Segundo Sen, este tipo de abordagem está mais preocupada em resolver problemas logísticos do que com uma resposta as perguntas socráticas sobre os fins humanos. Os fins são assumidos como dados e a questão passa a ser desvendar os meios apropriados para alcançá-los. Graças à ética utilitarista, nessa abordagem, “human behaviour is typically seen as being based on simple and easily characterizable motives¹³.” (SEN, 1987, p.4).

É amplamente reconhecido¹⁴ que este o “*engineering approach*” contribuiu com muitos avanços para a ciência econômica¹⁵. Entretanto, pela popularidade que atingiu, acabou por enfraquecer a importância da abordagem ética na ciência econômica moderna.

The methodology of so-called ‘positive economics’ has not only shunned normative analysis in economics, it has also had the effect of ignoring a variety of complex ethical considerations which affect actual human behaviour and which, from the point of view of the economists studying such

¹³ “O comportamento humano nessa abordagem baseia-se tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis”.

¹⁴ Ver Sen (1987), Simonsen (1983), Schumpeter (2006).

¹⁵ “Especialmente aquelas vinculadas ao funcionamento dos mercados.” (SEN, 1987, p.5), tradução: “Especialmente aquelas vinculadas ao funcionamento dos mercados”. ; “The development of the formal ‘general equilibrium theory’, dealing with production and exchange involving market relations, have sharply brought out important interrelations that call for technical analysis of a very high order. [...] They have undoubtedly made it easier to understand the nature of social interdependence”. (SEN, 1987, p.8), tradução: “O desenvolvimento formal da ‘teoria do equilíbrio geral’, lidando com produção e trocas envolvendo as relações de mercado, nitidamente demonstraram as importantes inter-relações que requerem análise técnica da interdependência social”.

behaviour, are primarily matters of fact rather than of normative judgement¹⁶.
(SEN, 1987, p.7)

A seguir farei uma apresentação do utilitarismo clássico, isto é, o utilitarismo de Bentham e Mill. Sobre a forma como vou proceder: o utilitarismo é uma teoria ética. Como tal, ela dá a sua visão sobre como responder as perguntas aristotélicas. Buscando nas obras de seus principais autores, demonstrarei como os utilitaristas abordaram estas questões. E posteriormente analisarei a influência de suas teorias sobre a obra dos economistas neoclássicos e nos marginalistas, a quem Sen implicitamente identifica como “engineering economics”. Por fim, explicitar as principais críticas da abordagem utilitarista no enfrentamento dessas questões, bem como críticas ao legado utilitarista herdado pelas escolas supracitadas.

¹⁶ “A metodologia da chamada ‘economia positiva’ não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos”.

2 UTILITARISMO CLÁSSICO

O utilitarismo é uma teoria ética que teve grande influência no pensamento filosófico, político e econômico do século XIX. Os principais autores que desenvolveram o princípio utilitarista foram os ingleses Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-1836) e, mais tarde, seu filho, John Stuart Mill (1806-1873) que corrigiu argumentos e aperfeiçoou a teoria – e mesmo assim não conseguiu escapar de certas contradições¹⁷.

Basicamente, o utilitarismo sustenta que o propósito da ação humana é maximizar a utilidade. O ser humano julga suas ações através dos sentimentos de dor (ruim) e prazer (bom) e apenas isto. A maximização do sentimento de prazer é a motivação de todo comportamento humano. Este princípio define também a ética utilitarista: cada pessoa deve agir de forma que, ao buscar a sua maior felicidade, não prejudique os outros indivíduos a alcançarem o mesmo objetivo, e isso acarretaria na maior felicidade para todos. “*It is the greatest happiness of the greatest number that is the measure of right and wrong*”¹⁸ (BENTHAM, 1823, p.vi). É, portanto, uma forma de consequencialismo uma vez que avalia moralmente a ação não pela sua intenção, mas sim pelo seu resultado, pela sua consequência.

Nature has placed mankind under the governance of two sovereign masters, pain and pleasure. It is for them alone to point out what we ought to do, as well as to determine what we shall do. On the one hand the standard of right and wrong, on the other the chain of causes and effects, are fastened to their throne. They govern us in all we do, in all we say, in all we think¹⁹. (BENTHAM, 2000, p.4)

Na verdade as idéias básicas do utilitarismo não eram novidades na época. De fato elas eram bem antigas. Epicuro, filósofo grego do período helenístico, pode ser considerado o primeiro utilitarista. Ou pelo menos um utilitarista às avessas, uma

¹⁷ As idéias contidas nesse capítulo não incluem a perspectiva de John Stuart Mill. Conforme veremos mais tarde, ao tentar aperfeiçoar as idéias de Bentham e James Mill acabou por criar uma forma de utilitarismo bastante diferente. Assim, retornaremos a figura de John Stuart Mill mais adiante, quando trataremos das críticas ao utilitarismo.

¹⁸ “É a maior felicidade para o maior número: essa é a medida de certo e errado.”

¹⁹ “A natureza colocou a humanidade sob o domínio de dois mestres soberanos, a dor e o prazer. Só eles podem mostrar o que devemos fazer, bem como determinar o que faremos. Por um lado o padrão do certo e do errado, por outro a ligação de causas e efeitos, são presos ao seu trono. Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos”.

vez que suas idéias sobre ética se apoiavam em minimizar a dor. Nos tempos modernos, entretanto, o utilitarismo nasce nos escritos de Francis Hutcheson, filósofo irlandês e um dos principais pensadores do princípio do iluminismo escocês. No seu *Inquiry concerning Moral Good and Evil*, de 1725, fundamenta, resumidamente, que o bem é prazer e o mal é dor. “Portanto, o melhor estado que podemos alcançar é aquele em que o saldo do prazer sobre a dor seja o maior possível” conclui Russell (2001, p. 379) ao analisar a obra de Hutcheson. É curioso notar que o filósofo irlandês propôs uma “álgebra moral” para computar a “moralidade das ações²⁰”.

O grande historiador econômico Overton H. Taylor chama a atenção para os “theological utilitarians²¹”, precedentes a Bentham, que acreditavam que Deus havia arranjado as recompensas do prazer e as penalidades da dor tão perfeitamente de maneira que, invariavelmente, o melhor comportamento individual, mais propício para a felicidade de todos, seria o egoísmo hedonista. O que Bentham fez foi trocar Deus pelo Estado e inverter a ordem para uma análise normativa.

By putting the State in the place of God, i.e., by holding it to be not the already accomplished work of the latter but the task or function of the former, thus to so arrange deterrents and incentives as to lead each citizen, in best serving himself, to best serve society²². (TAYLOR, 1960, p.121)

Foi essa sutil, mas importantíssima, alteração que possibilitou a Bentham – fortemente influenciado por Helvétius²³ – submeter os princípios utilitaristas a um estudo sobre jurisprudência, analisando sua implicação em diferentes situações e

²⁰ “The applying a mathematical calculation to moral subjects, will appear perhaps at first extravagant and wild; but some corollarys, which are easily and certainly deduc’d below, may shew the conveniency of this attempt, if it could be further pursu’d”. (HUTCHESON, 1725, Sec. III, p.117), tradução: “a aplicação do cálculo matemático à assuntos morais talvez parecerá, primeiramente, extravagante e imoderado; mas algumas inferências, que são facilmente e indubitavelmente deduzidas abaixo, podem mostrar a conveniência desse experimento, se puder ser perseguido”.

²¹ Talvez William Paley (1743-1805), filósofo inglês, seja o maior nome dos “theological utilitarians”.

²² “Colocando o Estado no lugar de Deus, i.e., colocando-o não como o trabalho já realizado do último, mas a tarefa e a função do primeiro, de maneira que organize impedimentos e incentivos para guiar cada cidadão em, ao melhor servir a si próprio, servir melhor a sociedade”.

²³ “Bentham’s own intellectual antecedents lay very largely in a part of the eighteenth-century French Enlightenment (particularly in the writings of Helvetius, one of the Encyclopedists)”. (TAYLOR, 1960, p.119), tradução: “Os antecedentes intelectuais de Bentham debruçaram-se amplamente sob parte do Iluminismo Francês (especialmente sob os escritos de Helvetius, um dos Enciclopedistas)”.

assim, elaborar um norte ideológico para uma prática política²⁴. E nestes objetivos atingiu grande êxito. Em 1789 publica o seu *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* onde expõe a sua ambição de criar um código de leis com base na moral utilitarista.

Outra característica fundamental do pensamento de Bentham advém de Helvétius: a idéia de uma ordem ou um padrão mecanicista das relações humanas; que conecta todas as experiências humanas, pensamentos e ações em uma interminável corrente de causas e efeitos.

It was a basic assumption of Bentham's thought that every man is a reasoning and happiness-seeking "machine", reacting to his stimuli on the lines required to maximize his happiness, and thus capable of being manipulated, by applied-scientific statecraft and legislation, so that he will always maximize both his own and his contributions to all mankind's happiness²⁵. (TAYLOR, 1960, p.121)

O que diferenciou Bentham dos utilitaristas anteriores, portanto, foi a sua ambição de transformar o princípio utilitarista em uma metodologia exata para avaliação de uma larga escala de fenômenos – empregando-lhe, portanto, um caráter normativo. Mitchell (1918, p.163) ainda aponta a intenção de Bentham de medir as utilidades como um diferencial frente aos outros utilitaristas, contemporâneos a ele. "His contemporaries – escreve Mitchell – were content to talk about utility at large; Bentham insisted upon measuring particular utilities²⁶". E, para tanto, desenvolveu um sistema de "cálculo da felicidade", que explicarei adiante.

²⁴ "He made the study and reform of law, or legal systems, his first and continuing, central field of work; and developed the other parts of his total system of thought – his views in psychology, ethics, political theory, and political economy – as auxiliary parts either contributing to or supplementing his jurisprudence or philosophy of Law". (TAYLOR, 1960, p. 123), tradução: "Ele fez do estudo e da reforma da lei, ou do sistema legal, seu primeiro e contínuo campo central de trabalho; e desenvolveu outras partes do seu sistema total de pensamento – sua visão em psicologia, ética, teoria política, e economia política – como partes auxiliares cada qual contribuindo ou suplementando sua jurisprudência ou filosofia da Lei".

²⁵ "Foi um pressuposto básico do pensamento de Bentham que todo homem é uma 'máquina' racional de buscar felicidade, reagindo aos seus estímulos no caminho necessário para maximizar a sua felicidade e, assim, capaz de ser manipulado, através da aplicação de políticas e legislação científica, de forma que ele sempre irá maximizar ambas: a sua contribuição para a felicidade da humanidade e a sua própria."

²⁶ "Seus contemporâneos contentaram-se em falar sobre a utilidade em geral; Bentham insistiu em medir utilidades particulares".

Bentham foi o líder dos “Philosophical Radicals” – um grupo de jovens que abraçaram sua filosofia ética e o seguiram em seu objetivo político. Junto com James Mill, fundou em 1823 o jornal “Westminster review” onde publicava duras críticas aos privilégios das classes dominantes da época. Com esta base política, Bentham militou durante toda a sua vida por reformas sociais e, de fato exerceu grande influência nas transformações ocorridas nas políticas públicas daquele período na Inglaterra²⁷. A eleição de Stuart Mill para a Câmara dos Comuns, em 1865, bem como a nomeação de Edwin Chadwick como secretário da The Royal Commission on the Poor Law, em 1832, são simbolicamente representativas da verdadeira influência que Bentham teve na política britânica. Dava extrema importância à educação: não só a entendia como o principal meio de desenvolvimento humano e social como também advogava os seus “poderes terapêuticos”. Foi um dos responsáveis pela fundação da University of London – hoje University College – em 1825.

Como dito anteriormente, a motivação humana para os utilitaristas é simplesmente a maximização da utilidade em todos os seus atos. Portanto, é considerada um reducionismo ético – “de base pretensamente inatacável”, segundo Stephen²⁸. Do ponto de vista psicológico, a teoria de Bentham sustenta-se no princípio da associação de David Hartley²⁹ - que por sua vez é baseada na teoria da causalidade de Hume³⁰ - onde fica evidente a abordagem reducionista.

²⁷ “Como movimento **dedicado à reforma**, o utilitarismo conseguiu, por certo, mais do que todas as filosofias idealistas reunidas, e fez isso sem muito alarde”. (RUSSELL, 2001, p. 381, grifo nosso)

²⁸ “Nature has placed mankind’ (that is his opening phrase) ‘under the governance of two sovereign masters, pain and pleasure. It is for them alone to point out what we ought to do, as well as to determine what we shall do’. There is the unassailable basis. It had been laid down as unequivocally by Locke, and had been embodied in the brilliant couples of Pope’s *Essay on Man*”. (STEPHEN, 1900, Vol. I, p. 109), tradução: “A natureza colocou a humanidade’ (essa é sua frase de abertura) ‘sob o domínio de dois mestres soberanos, a dor e o prazer. Só eles podem mostrar o que devemos fazer, bem como determinar o que faremos’. Ali está a base inatacável. Tinha sido estabelecida inequivocamente por Locke, e tinha sido incorporada no brilhante *Essay on Man* de Pope.” (Grifo nosso)

²⁹ “In his article upon education, [James] Mill traces the association theory to Hobbes, Locke, and Hume.” (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 122), tradução: “Neste artigo sobre educação, [James] Mill descobre a teoria da associação de Hobbes, Locke e Hume”.

³⁰ “Every event must have a cause’, and that circumstances exactly ‘similar must have results exactly similar.’ This belief, though applicable to all events, does not give us the ‘slightest aid’ to determining, independently of experience, any particular event.” (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 118), tradução: “Todo evento deve ter uma causa’ e que circunstâncias exatamente ‘similares devem ter resultados exatamente iguais.’ Essa crença, embora aplicável a todos os eventos, não nos dá a menor ajuda para determinar, independente da experiência, qualquer evento particular”.

Em vez do tradicional aparato de conceitos pertencentes à mente e ao seu funcionamento, Bentham expõe o seu único princípio, que funciona sobre a matéria-prima propiciada pela experiência. Isto lhe possibilita dar uma explicação determinista da psicologia que não envolve em absoluto conceitos mentais. (RUSSELL, 2001, p.380)

Hunt (2005, p.155) afirma que “o utilitarismo é tanto uma teoria psicológica de como as pessoas se comportam, quanto uma teoria ética de como elas deveriam se comportar”. Segundo Russell (2001, p. 379), “para Bentham, a ética era, fundamentalmente, uma base para estudar os meios legais de promover o melhor estado de coisas possível”. Essa era a visão prática dos utilitaristas. As leis deveriam ser tais que garantissem que, ao maximizar o seu prazer, o indivíduo não interferisse no idêntico propósito dos demais.

Bastante influenciado pelos empiristas britânicos³¹, o pensamento utilitarista incorpora o individualismo egoísta de Hobbes. Isto reflete que os homens têm igualmente fortes anseios por felicidade. Portanto, os homens deveriam desfrutar de iguais direitos e oportunidades. Russell (2001, p. 382) afirma que “esta visão era novidade à época, e constituiu um dos dogmas centrais do programa reformador dos radicais”. O individualismo egoísta reflete também no reconhecimento dos conflitos sociais que ocorrem quando os indivíduos perseguem sua verdadeira motivação. Assim, Bentham não era um grande defensor da liberdade, mas sim da segurança e da igualdade como condições primordiais para uma boa ordem social. Do ponto de vista político, no princípio argumentou em favor de um sistema despótico benevolente³². Porém mais tarde converteu-se num democrata radical, ou porque percebeu que sua teoria psicológica era incongruente com um “déspota

³¹ “Evidently, the ‘calculus of pleasure and pain’ and the principle of ‘greatest happiness for the greatest number’ do not, in themselves, assert anything about specifically philosophical or epistemological problems, though they are capable of producing an ethical doctrine. The reason why this speculative deficiency of utilitarianism was not more keenly felt was that utilitarians found what they wanted ready at hand in the empiricist tradition of the Locke-Hume type”. (SCHUMPETER, 2006, p. 384), tradução: “Evidentemente, o ‘cálculo do prazer e da dor’ e o princípio da ‘maior felicidade para o maior número’ não afirma, por si só, coisa alguma especificamente filosófica ou epistemológica, embora sejam capazes de produzir uma doutrina ética. A razão pela qual essa deficiência especulativa do utilitarismo não foi mais profundamente sentida foi porque os utilitaristas descobriram o que eles queriam pronto nas mãos das tradições empiristas do tipo ‘Locke-Hume’”.

³² Corroborado por Russel (2001) e Taylor (1960, p.124): “He at first inclined toward the then widespread ideal of government by na ‘enlightened despot’ who sould as nearly as possible realize the ancient ideal of the perfect lawgiver”, tradução: “Primeiro ele inclinou a idéia amplamente difundida do governo por um ‘déspota esclarecido’ que deveria o melhor possível realizar o ideal ancestral do perfeito legislador”.

benevolente³³”, ou porque falhou em “converter” a aristocracia da época e convencê-los que suas reformas radicais eram necessárias³⁴.

É mister deixar clara a distinção da parte positiva (psicologia) da parte normativa (ética) da teoria utilitarista. Para Bentham os homens buscam maximizar seu prazer (felicidade, utilidade). Esta é a motivação intrínseca, o impulso natural do homem. Com o uso da razão, o homem é capaz de prever as conseqüências das suas ações – baseado nas suas experiências passadas – e assim escolher as ações que satisfaça a sua condição maximizadora. Ocorre que neste processo de busca pelo maior prazer, o homem pode fracassar; ou porque o seu conhecimento é muito limitado e o uso da razão é imperfeito, podendo ser ludibriado; ou porque sua sociedade é tão mal organizada que seus interesses tornam-se conflitantes – a busca no seu prazer atrapalhará a busca pelo prazer do próximo.

Rather, the gap between actual and ideal behaviour is attributed entirely to (1) the deficiencies of men’s knowledge and reasoning (about the factual conditions of success in attaining their ends), and (2) the defects of their ill-organized societies, which often make injury or frustration of each other a condition of their fullest successes as individuals, instead of making the latter always dependent upon the best service to each other³⁵. (TAYLOR, 1960, p.127)

Portanto, a sociedade ideal é aquela em que, através da educação e da modelagem social, o homem irá, inevitavelmente, tomar as escolhas corretas, quais sejam, as que lhe trarão a maior felicidade possível e, também, com o arranjo ideal de leis, para os outros indivíduos. Assim, o que é moralmente bom, para Bentham, é aquilo que é desejável e o que é moralmente ruim é aquilo que é evitado (pelo homem).

Assim temos que o princípio implícito, do lado normativo e do lado positivo do sistema utilitarista, é o mesmo. Tanto a teoria psicológica de Bentham quanto a sua

³³ “Isto revela, incidentalmente, uma das dificuldades do seu utilitarismo, pois é evidente que não há mecanismo algum que garanta que o legislador seguirá, de fato, uma norma de conduta benevolente. Segundo a teoria psicológica de Bentham, isto exigiria que os legisladores agissem sempre com extrema precaução, com base num pleno conhecimento”. (RUSSELL, 2001, p. 382)

³⁴ Ver em Taylor (1960, p.124).

³⁵ “Mais apropriadamente, a diferença entre o comportamento real e o comportamento ideal é inteiramente atribuída (1) às deficiências de conhecimento e raciocínio do homem (sobre as condições de sucesso efetivas em alcançar seus fins), e (2) aos defeitos de sua sociedade mal organizada, que freqüentemente faz da frustração e do dano de cada outra pessoa uma condição do seu pleno sucesso como indivíduo, em vez de fazer do último sempre dependente do melhor servir ao outro”.

teoria ética têm bases no mesmo princípio hedonista. Ao passo que enxergou o homem como uma máquina de egoísmo hedonista, para a sociedade pregou um hedonismo universal como moralmente superior. Portanto, existe um pressuposto implícito de harmonia de interesses na sociedade para que o princípio normativo esteja de acordo com o princípio positivo do sistema. Em última instância, a jurisprudência utilitarista deveria abolir os conflitos naturais do egoísmo individualista.

Na verdade o que Bentham trazia evidente nos seus escritos era um grande otimismo sobre a racionalidade humana, que é muito característico de todo o movimento iluminista. Se por um lado era um ateu convicto, totalmente avesso a metafísica, guardava grande fé na capacidade humana de planejar e remodelar as instituições sociais de forma mais 'racional', numa forma em que beneficiaria a todos. Foi, portanto, coerente ao tentar influir nos processos políticos em prol de reformas sociais. Evidencia, mais uma vez, a sua fé na educação.

2.1 Teoria Psicológica Utilitarista

James Mill é, certamente, o menos popular dos utilitaristas citados até aqui, mas seu papel é fundamental na construção da teoria utilitarista. Seu livro *Analysis of the Phenomena of the Human Mind*³⁶, lançado em 1829, é uma exposição dos princípios implícitos contidos no *Principles* de Bentham. Neste livro fica evidente a influência do mecanicismo empirista na psicologia utilitarista.

O trabalho de Mill consiste em um profundo estudo da mente humana. Partindo da idéia de Locke de que a mente humana, ao nascer, é uma folha em branco³⁷, explica que o homem registra sensações³⁸ e idéias, que são "cópias das

³⁶ "James Mill avowedly built upon Hartley's work, and produced, in his book, *An Analysis of the Phenomena of the Human Mind*, a treatise which deserves to rank well among the historic classic of 'scientific' psychological theory". (TAYLOR, 1960, p.132), tradução: "James Mill declaradamente se baseara no trabalho de Hartley, e produziu, em seu livro, *Na Analysis of the Phenomena of the Human Mind*, um tratado que merece ser destacado dentre os clássicos históricos da teoria psicológica 'científica'".

³⁷ "Segundo Locke, a mente humana, ao nascer, é uma folha em branco. Todos os conteúdos lhe vêm de fora, através das impressões sensíveis. Sendo assim, as idéias morais não podem aparecer

sensações” – portanto com fruto na própria experiência. As idéias seriam formadas pela associação de sensações, de prazer e de dor, em um processo reflexivo. Temos experiências, que geram sensações, boas (de prazer) ou ruins (de dor) e, num processo de associação dessa experiência, formamos as idéias.

If for a time whenever you feed your dog you ring a bell, the dog will learn to expect and seek its food whenever it hears the bell; sensations which repeatedly occur together build up linked thoughts or responses – one becomes a “sign” of the other³⁹. (TAYLOR, 1960, p.132)

Ora, se as sensações, fruto de experiências próprias, são as criadoras das idéias que moldarão as atitudes e ações humanas, conforme essa teoria psicológica, é possível moldar os padrões de comportamento de qualquer indivíduo conduzindo-o através de um sistema de incentivos. Isso porque se assume que o indivíduo é naturalmente passivo: sua propensão a agir é instigada pela força do prazer e da dor. Obviamente que existe um limite para essa “modelagem”, dado que as sensações são fundamentos irreduzíveis, factíveis, da associação. Subverter as próprias sensações, portanto, seria (quase) impossível, mas é possível influir nas associações que a mente humana realiza para criar padrões de conduta. A total aceitação da teoria psicológica da associação pelos utilitaristas justifica, novamente, a sua fé na educação, cuja tarefa seria de moldar padrões de conduta e o caráter

nela senão como resultado da acumulação de estímulos sensoriais positivos e negativos que se condensam em preferências e repulsas através das sensações de prazer e dor”. (CARVALHO, 2007)

³⁸ “The pith of [James] Mill's book [Analysis] is thus determined. His aim is to give a complete analysis of mental phenomena, and therefore to resolve those phenomena into their primitive constituent atoms. [...] According to Mill it must start from facts, and therefore from something not given by logic. To state clearly, indeed, the relation between truth and fact may suggest very intricate problems. Mill, at any rate, must find a basis in fact, and for him the ultimate facts must be feelings. The reality at least of a feeling is undeniable. [...] He proceeds to infer that our experience is either a knowledge of the feelings separately, or 'a knowledge of the order in which they follow each other; and this is all". (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 123), tradução: “O cerne do livro [Analysis] de [James] Mill é, assim, determinado. Seu objetivo é fornecer uma análise completa dos fenômenos mentais e, portanto, resolver esses fenômenos em seus átomos constituintes primitivos. [...] Segundo Mill, deve-se começar com os fatos e, assim sendo, por algo que não fornecido pela lógica. Afirmando claramente, de fato, a relação entre verdade e fato pode sugerir problemas muito complicados. Mill, de qualquer forma, deve achar uma base em fatos e, para ele, os fatos últimos são os sentimentos. A realidade de um sentimento pelo menos é inegável. [...] Ele passa a inferir que a nossa experiência é tanto o conhecimento dos sentimentos separadamente, ou um ‘conhecimento da ordem em que se seguem um ao outro; e isso é tudo”.

³⁹ “Se, durante um período, sempre que alimentares teu cachorro tocares um sino, o cachorro aprenderá a esperar e procurar sua comida sempre que ouvir o sino; sensações que ocorrem repetidamente juntas constroem pensamentos ou respostas vinculadas – um se torna um ‘sinal’ do outro”.

dos indivíduos de forma a maximizar a felicidade de todos. E assim prosseguiu James Mill ao desenvolver uma teoria da educação com base no princípio da associação.

His argument was that universal, proper, social experience and education, from birth through life, would cause everyone always to associate expectations of pleasure or pleasant consequences for himself exclusively with actions beneficial to his fellows – and painful consequences for himself with all actions injurious to them⁴⁰. (TAYLOR, 1960, p.132)

Em outras palavras, apenas a educação poderia desenvolver no homem valores altruístas, dando-lhes “consciência social”; ao perseguirem suas próprias felicidades, mediriam as conseqüências de suas ações não só em benefício próprio, mas também ao social. Não que o indivíduo deixaria de ser egoísta no sentido hedonista. Mas que:

Their efforts to give pleasures to others would become the sole means or routes used toward their final ends, hence always their immediate or proximate ends, and even their sole conscious aims, in all their conduct⁴¹. (TAYLOR, 1960, p.132-133)

James Mill foi bastante radical na extensão de seu plano educacional. Vislumbrava, através de seu programa de educação, uma sociedade perfeita composta por bons indivíduos educados desde o nascimento até a vida adulta.

Assim, o grande mérito de Mill foi o desenvolvimento do princípio da associação de idéias de Hartley, legando uma base sobre a qual a psicologia utilitarista poderia ser erguida.

We may then consider how far these facts will enable us to explain the whole series of mental phenomena. [...] Here we come to the doctrine which for him and his school gave the key to all psychological problems. It was James Mill's real merit, according to his son, that he carried the principle of association of ideas further than it had been carried by Hartley or other predecessors⁴². (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 123)

⁴⁰ “Seu argumento era que através de experiências sociais adequadas e educação universal, desde o nascimento até a vida adulta, todas as pessoas passariam a associar, sempre, expectativas de prazer ou de conseqüências agradáveis para si exclusivamente com ações benéficas aos outros – e dolorosas conseqüências para si com todas as ações prejudiciais aos outros”.

⁴¹ “Seus esforços para dar prazer aos outros se tornaria o único meio ou caminho utilizado para seus objetivos finais, assim sendo, sempre, os seus fins próximos ou imediatos, e até mesmo o seu único objetivo consciente, em toda a sua conduta”.

⁴² “Podemos então considerar o quão longe esses fatos nos permitirão explicar a série de fenômenos mentais. [...] Aqui chegamos à doutrina que para ele e a sua escola forneceu a solução para todos os

2.2 Teoria Social Utilitarista

Entretanto, apenas a educação não daria conta em criar os padrões de conduta necessários para atingir a maior felicidade do maior número de pessoas. O sistema jurisdicional também deveria estar baseado num sistema de incentivos às atitudes altruístas e de penalidades às atitudes antisociais. Na verdade, os incentivos, na teoria dos utilitaristas, resultariam não diretamente da lei, mas através do sistema de livre mercado enquadrado numa legislação racionalmente concebida. O sistema de leis seria um complemento educacional, que forçasse os homens a manter, durante a sua vida adulta, o padrão de comportamento que fora orientado (moldado) pelo programa de educação utilitarista.

Para Bentham o objetivo do código legal seria criar punições não para contemplar os anseios de vingança da população sob os criminosos, mas punições severas o suficiente que, ao contrabalancear com o prazer esperado do ato criminoso, desencorajassem essas atitudes. Assim, argumentou que as penas deveriam ser “cientificamente calculadas” e ajustadas para que o sofrimento incorrido seja apenas o suficiente, e nunca extrapolasse, o saldo resultante.

The sole purpose of the law should be to do all it can to increase the sum of the pleasures enjoyed and decrease the sum of the pains suffered in society as a whole by making it not pay any individual, in resulting pleasure for himself, to destroy the pleasures of his fellows or increase their pains; and the pains inflicted or threatened for this purpose must be the least severe ones capable of doing the job, if the over-all purpose is to be best served⁴³. (TAYLOR, 1960, p.137)

A função do Estado seria o de conciliar o interesse privado com o interesse público, focando nas proibições. Faria isso ao promover uma legislação que

problemas psicológicos. Foi real mérito de James Mill, de acordo com seu filho, ter levado o princípio da associação de idéias mais longe do que Hartley ou outro predecessor”.

⁴³ “A única finalidade da lei deveria ser o de fazer todo o possível para aumentar a soma dos prazeres desfrutados e diminuir a soma das dores sofrida pela sociedade como um todo ao não fazer-lá pagar por nenhum indivíduo, em provendo prazer a si próprio, destruir os prazeres dos seus companheiros ou aumentar suas dores; e as dores infligidas ou ameaçadas por esse propósito deve ser o menos severos capazes de fazer o seu serviço, se o propósito maior é ser melhor servido”.

desencorajasse conduta anti-social, ou seja, fazendo com que os atos cujas conseqüências sejam negativas para o interesse público, sejam também negativas para o interesse individual. Os incentivos estariam a cargo do sistema econômico. Não caberia diretamente ao Estado tornar tudo o que é bom para o indivíduo, bom para o Estado. Seria através de um sistema de livre mercado que as pessoas “recompensariam” umas as outras. Portanto, o Estado estaria a cargo das punições, ao passo que o mercado (concorrencial) teria melhores condições de dar conta dos incentivos. É claro que Bentham outorgava ao Estado o dever de impor um código civil de leis que assegurasse os direitos de propriedade e a regência e o cumprimento dos contratos.

Para Bentham o direito a propriedade deveria ser o fundamento desta base legal. Todavia Bentham rejeitava a tese de que a propriedade privada era um “direito natural” dos homens. Essa idéia, contida (principalmente) nos primeiros empiristas, foi totalmente negada por ele. Rechaçava o conceito de “leis naturais” em prol de “leis dos homens”, criadas pelos homens e feitas cumprir pelo Estado – que deveriam ser “leis racionais”. Portanto, Bentham tratou de justificar a propriedade privada em termos de utilidade. Primeiro reconheceu que a propriedade privada acarretava conseqüências desfavoráveis. Identificou a propriedade privada como a instituição responsável pela alta desigualdade na distribuição de renda da sociedade. Todavia, argumentou que o direito de propriedade assegurava aos homens que eles seriam os donos e desfrutariam os benefícios do seu próprio esforço produtivo. Este seria um grande incentivo para que maximizassem suas ações produtivas. Isto resultará em uma produção nacional de riqueza maior, que então poderia ser distribuída. No longo prazo, argumentava Bentham e por esses termos defendia a propriedade privada, os pobres ficariam menos pobres do que se um sistema sem o incentivo da propriedade privada fosse vigente.

Argumentou em favor de políticas públicas de redistribuição de renda ao constatar que a riqueza, a partir de um ponto em que pode satisfazer as necessidades e vontades mais urgentes, não acrescentaria mais o mesmo valor de utilidade que antes. Assim, a riqueza ganharia maior utilidade nas mãos daqueles que não a tivessem o suficiente para satisfazer as suas necessidades mais urgentes. A redistribuição de riqueza, do mais rico para o mais pobre, resultaria um aumento na soma das felicidades dos indivíduos. Antecipou, portanto o conceito de

utilidade marginal do dinheiro, que viria a ser sintetizado e popularizado apenas mais tarde, com a revolução marginalista.

Portanto, Bentham defendia tanto a segurança (da propriedade privada) quanto a igualdade (na distribuição de renda) como fatores importantes do bem-estar social. Mas deixou claro que, “quando a segurança e a igualdade estão em oposição [...] a igualdade deveria abrir caminho⁴⁴”. Neste sentido sua defesa em favor da redistribuição de renda foi mais tímida do que sua defesa em prol da propriedade privada.

Como dito anteriormente, durante o seu desenvolvimento intelectual, Bentham tornou-se um democrata fervoroso. Entendia que apenas através de um sistema democrático poder-se-ia atingir o ótimo social. Mas sua visão mecanicista das relações sociais resultou num conceito de democracia extremamente raso e também mecanicista. Defendia o sufrágio universal masculino porque acreditava que legisladores eleitos por maioria fariam as leis mais desejadas pela maioria.

2.3 Cálculo da Felicidade

Resta uma última questão a ser enfrentada. Ambas as teorias – social e psicológica – de Bentham estão ancoradas no seu princípio utilitarista: se toda a ação humana é governada pela maximização do prazer, isso significa que através da identificação e da mensuração dos diversos prazeres e dores podemos prever quais ações os homens farão e quais ações eles deveriam fazer. Portanto, definir se uma lei ou uma ação é útil, ou seja, que traga a maior felicidade para o maior número de pessoas, depende de um “cálculo da felicidade” que inclua as utilidades totais de todos os agentes envolvidos naquela ação ou lei.

Bentham indicou exatamente como esse cálculo deveria ser feito, identificando as variáveis relevantes para medir a utilidade. Se o cálculo fosse para um indivíduo apenas e considerando o prazer e a dor por si só, um por um, dever-se-ia observar a *intensidade*, a *duração*, a *certeza* (ou incerteza) e a *proximidade* (ou afastamento) do prazer ou da dor para sabermos se ela será maior ou menor. Mas

⁴⁴ (BRUE, 2005, p.126)

para estimar a tendência de uma ação a gerar prazer ou dor devemos também considerar a *fecundidade*, a *pureza* do prazer ou dor. Existe um sétimo fator a ser considerado neste último caso. O fator *extensão*, ou seja, o número de pessoas que a dor ou prazer irá afetar.

Segundo Taylor (1960), o cálculo precede da seguinte maneira: pegamos a primeira sensação distinguível de prazer ou a dor produzida por uma ação, multiplicando sua unidade de *intensidade* com a sua unidade de *duração*. Então se multiplica este produto pela fração que expressa *certeza* e *proximidade*. Para a *fecundidade* entrar no cálculo devemos então estimar o valor dos prazeres e dores que serão produzidas após a primeira unidade e então adicioná-la na equação somando-a com o valor já encontrado. A *pureza* computamos ao somar o valor de toda dor que acompanha a felicidade em questão (ou toda a felicidade que acompanha a dor em questão) e, ao incluir na equação, subtraímos o seu valor do valor total até então encontrado. Para incluir a *extensão* devemos multiplicar o valor encontrado pelo número de indivíduos afetados. Entretanto, pode ocorrer de determinado ato não afetar todos os indivíduos da mesma maneira (com o mesmo grau). Quando isso ocorre, deve-se estimar individualmente o efeito da ação em cada indivíduo afetado e então somar as utilidades individuais.

Entretanto, Bentham estava consciente das limitações do uso desse cálculo. Principalmente quando ele servia para comparar as sensações de dor e prazer entre diferentes pessoas. Rejeitava, portanto, a comparação de utilidade interpessoal. Bentham inclusive enumerou uma série de fatores – como sexo, idade, educação, saúde, força, entre outros – que influenciariam na capacidade, maior ou menor, de cada indivíduo em sentir dor e prazer.

Como vimos anteriormente, toda a teoria psicológica utilitarista tem como base o princípio da associação, onde as idéias são “cópias das sensações”. Em continuidade a essa idéia, Bentham e Mill fizeram uma lista das sensações irreduzíveis (“cannot be resolved into more [pains or pleasures]⁴⁵”), originais, que não são fruto da associação mas da própria sensação. Isso é, aquelas sensações que formam as idéias. Inicialmente, no *Principles of Morals and Legislation*, listaram quatorze prazeres e doze dores originais. Na lista do prazer incluía o prazer da amizade, da benevolência, da malevolência, do poder, da imaginação, etc, e na lista

⁴⁵ Está em Bentham (2000, p. 35), tradução: “Não pode ser resolvida com mais [dores e prazeres]”.

das dores incluía as dores da privação, do “nome sujo”, da piedade, da inimizade, etc.

Ao fazer isso, Bentham privou-se de hierarquizar qualitativamente essas sensações. Para sua teoria, a qualidade não era a questão fundamental. Segundo Bentham, “if the game of push-pin furnish more pleasure, it is more valuable than either [music and poetry]⁴⁶”. A utilidade das ações é uma exata proporção do prazer que elas proporcionam. Portanto, Bentham reduziu a qualidade de diferentes prazeres e dores a um denominador comum, considerando apenas a quantidade de felicidade implicada. Mas então qual é a medida apropriada para medirmos a quantidade de felicidade das coisas? Bentham responde (conforme citado em Mitchell):

Money is the instrument for measuring the quantity of pain or pleasure. Those who are not satisfied with the accuracy of this instrument must find out some other that shall be more accurate, or bid adieu to Politics and Morals⁴⁷. (MITCHELL, 1918, p. 170)

Todavia, como dissemos antes, Bentham tinha clara noção da utilidade marginal decrescente do dinheiro, o que dificultava o seu uso como denominador comum da quantia de utilidade das coisas. Esboçou uma tentativa de conciliação dessas duas questões: como sua idéia de utilidade marginal decrescente era bastante simples (cabe lembrar que desenvolveu a idéia de utilidade marginal decrescente do dinheiro ao comparar a utilidade da riqueza para um monarca com a de um trabalhador), justificou que, se trabalhasse com pequenas quantidades, poderia assumir como sendo equivalentes (dinheiro e utilidade). Mais tarde, discípulos seus explorariam a idéia. Bernoulli sugeriu que depois de provida a subsistência, incrementos na riqueza gerariam iguais (ou proporcional) incrementos na utilidade.

Assim temos que: a intensidade das sensações não pode ser medida; mesmo que para mensuração individual, a comparação quantitativa de diferentes sensações só pode ser medida através do seu valor pecuniário; iguais quantias de dinheiro

⁴⁶ “Se o jogo push-pin fornece mais prazer, é mais valioso que ambos [música e poesia]”. (BENTHAM, 1830, p.206, tradução nossa)

⁴⁷ “Dinheiro é o instrumento para medir a quantidade de prazer ou dor. Aqueles que não estão satisfeitos com a precisão desse instrumento devem descobrir algum outro que seja mais preciso ou declarar ‘adeus’ à Política e à Moral”.

gerarem iguais quantias de prazer é uma suposição aceita apenas quando consideradas pequenas quantidades; é “contrário aos fatos” comparar sensações entre diferentes indivíduos.

Novamente Bentham implica as mesmas conclusões tanto na sua visão normativa quanto na positiva da ciência social:

The quintessence of Bentham's social science is the double role played by the felicific calculus. On the one hand this calculus shows how the legislator, judge and moralist ought to proceed in valuing conduct; on the other hand it shows how men do proceed in guiding conduct. That is, Bentham blends utilitarian ethics with a definite theory of functional psychology⁴⁸. (MITCHELL, 1918, p.172)

Fica claro que Mill e Bentham tinham intenções bastante ambiciosas. Seu construto teórico objetivava ser uma lei geral de avaliação do bem-estar individual e coletivo. Era, supostamente, tanto uma teoria normativa quanto positiva. Propuseram uma revisão de todo código de leis inglês sob o crivo da regra utilitarista – sendo esse um dos mais tradicionais do mundo.

Podemos concluir que para a filosofia utilitarista: tudo o que os homens desejam pode ser resumido a obter a maior quantia de felicidade possível; a conduta de vida correta ou ideal é a conduta inteligente de maximizar o prazer em todas as ações, escolhas ou decisões humanas; o problema social consiste em moldar as instituições e leis para que o benefício de um seja o benefício de todos; isto será garantido conquanto se use o “cálculo da felicidade”.

⁴⁸ “A quintessência da ciência social de Bentham é o duplo papel desempenhado pelo cálculo da felicidade. Por um lado esse cálculo mostra como o legislador, juiz e moralista deve proceder na avaliação de conduta; por outro, ele mostra como os homens fazem avançar na orientação de conduta. Isto é, Bentham combina ética utilitarista com uma teoria definitiva da psicologia funcional”.

3 INFLUÊNCIA DO UTILITARISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA

A literatura científica é unanime em constatar que o utilitarismo gozou de enorme prestígio já em sua época; e que exerceu considerável influência não só na prática política – como anteriormente dito da sua importância entre os movimentos reformistas do século XIX – como também suas contribuições desenvolveram-se nas ciências biológicas, na filosofia, na economia, na psicologia¹, na ciência política, no direito penal². Segundo Taylor (1960, p.118), “[Benthamism or English Utilitarianism] played a great role in the on-going development of civic thought and life or practice in the nineteenth century³”. E não só entre os filósofos, cientistas e formadores de opinião, mas o utilitarismo espalhou-se consideravelmente entre a população da Inglaterra⁴.

Entretanto, sob influência (muitas vezes direta) do utilitarismo, diversas teorias antagônicas surgiram. Na árvore genealógica do conhecimento, muitos ramos surgiram do galho utilitarista, nem todos apontando para a mesma direção: muitas vezes apontando em direções opostas.

Um exemplo evidente é a influência de Bentham sob o socialismo Fabiano, apontado por Mack (1955) e outros⁵. Não obstante Bentham e os outros utilitaristas terem sido defensores do *laisser-faire*, Mack aponta as diversas semelhanças entre as duas teorias e conclui:

The Fabians' fervent denials notwithstanding, they had a strong Utilitarian heritage. Thanks to the efforts of many current scholars, it is at last becoming clear that Bentham may with more truth be called the patriarch of

¹ “Associationism’ may perhaps be called the introspectionist forerunner of modern ‘behaviorism’ in psychology; or the latter’s central notion of ‘conditioned reflexes’ may be called a physiological translation or equivalent of the former’s notion of ‘associations’”. (TAYLOR, 1960, p.132), tradução: “Associacionismo’ talvez possa ser chamado de precursor introspeccionista da moderna psicologia ‘behaviorista’; ou noção central de ‘reflexos condicionados’ do último possa ser chamado de tradução fisiológica ou equivalente à noção de ‘associações’ do primeiro”.

² “Bentham was an important contribute to the modern progress of scientific and humane criminology, criminal jurisprudence, and penology”. (TAYLOR, 1960, p.136), tradução: “Bentham foi uma contribuição importante para o progresso moderno da criminologia científica e humana, jurisprudência criminal e penologia”.

³ “[Benthamismo ou utilitarismo inglês] desempenhou um grande papel no desenvolvimento em curso do pensamento cívico e da vida prática no século XIX”.

⁴ O próprio Bentham reconheceu isso, segundo Mitchell (1918). Mesma constatação aparece em Stephen (1900) e em Taylor (1960).

⁵ Também consta em Caillé, Lazzeri e Senellart (2006) e em Schumpeter (1964), para citar alguns.

British collectivism than the father of individualism. The Fabians were direct descendants of Bentham via Chadwick and Forster⁶. (MACK, 1955, p.88)

Taylor claramente concorda com Mack ao escrever que:

It became the main or most important statement of the intellectual foundations of British democratic thought; the main British source, after Adam Smith's work, of laissez-faire philosophy of economic policy (and yet also the main source of the later and seemingly opposite ideas of the British Fabian socialists)⁷. (TAYLOR, 1960, p.119)

Veremos adiante como o utilitarismo influenciou diretamente os economistas neoclássicos e os economistas da revolução marginalistas, diametralmente opostos aos socialistas fabianos. Esta discrepância de influências talvez resulte da própria abrangência que Bentham e Mill deram à sua teoria. E certamente resulta da atuação politicamente intensa desses autores.

Taylor (1960, p.136) atribui à teoria utilitarista muitos elementos do “senso comum” da época, o que certamente ajudou a elevar a sua popularidade. Argumenta que o utilitarismo incorporou um espírito tipicamente inglês e aponta esse como outro fator responsável pelo sucesso na sua disseminação. Corroborado por Stephen, que escreve:

“Desire to reach a solid groundwork of fact, hearty aversion to mere word-juggling, and to effeminate sentimentalism, respect for science and indifference to, if not contempt for, poetry, resolution to approve no laws or institutions which could not be supported on plain grounds of utility, and to accept no theory which could not be firmly based on verifiable experience, imply moral and intellectual tendencies, in which we may perhaps say that the Utilitarians represent some of the strongest and most valuable qualities of the national character⁸”. (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 116)

⁶ “Os Fabianos fervorosamente negavam, não obstante, tinham uma forte herança utilitarista. Graças aos esforços de muitos estudiosos atuais está, finalmente, tornado claro que Bentham pode, com maior conformidade, ser chamado de patriarca do coletivismo britânico do que o pai do individualismo. Os Fabianos eram descendentes diretos de Bentham via Chadwick e Foster”.

⁷ “Tornou-se a principal ou mais importante afirmação dos fundamentos intelectuais do pensamento democrático britânico; a principal referência, depois do trabalho de Adam Smith, da filosofia *laissez-faire* na economia política (e ainda assim a principal referência do posterior, e aparentemente oposto, socialismo Fabiano britânico”.

⁸ “O desejo de alcançar uma base sólida de fatos, a aversão saudável ao mero jogo de palavras e ao sentimentalismo efeminado, respeito pela ciência e indiferença, senão desprezo, à poesia, a determinação de não aprovar nenhuma lei ou instituição que não poderia ser sustentada pelas simples razões da utilidade, e ao não aceitar teorias que não pudessem ser firmemente baseadas em experiências verificáveis, implicam em tendências morais e intelectuais pelas quais, talvez, possamos dizer que os Utilitaristas representam alguns dos mais marcantes e mais valorosas qualidades do caráter nacional”.

A influência do utilitarismo também é constatada na moderna teoria econômica. Em um brilhante artigo publicado em 1977, George Tavlas investiga as origens da “monetary growth-rate rule” de Milton Friedman e constata que “early formulations of Friedman’s rule span backward to the writings of Jeremy Bentham and Henry Thornton⁹”. No final do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX a economia inglesa passa por um processo inflacionário. Em consequência desse processo, Bentham publicou uma série de artigos sobre política monetária onde constatou que a soma de todos os preços dado a todos os artigos comercializáveis vendidos em um ano, deve ser igual ao total de dinheiro pago por eles. Também constata que a velocidade de circulação da moeda deve ser levada em conta. Conclui, portanto, que a inflação dos preços poderia ser atribuída à diminuição da oferta de bens disponíveis ou no aumento da oferta ou da velocidade de circulação do dinheiro.

Thus Bentham combined his view that wealth grew independently of monetary growth over time – a view he increasingly favored – with his desire for price-level stabilization, to form an early version of the growth-rate rule¹⁰. (TAVLAS, 1977, p.539)

Portanto, isto exemplifica o vasto legado das idéias utilitaristas, incorporado por diferentes teorias dentro da ciência econômica. Dentro desta grande abrangência de influências, podemos destacar duas questões metodológicas importantes que a escola utilitarista legou de forma geral para a ciência econômica.

A primeira e mais aparente foi o tratamento mecanicista das relações sociais. Principalmente a partir da escola utilitarista, a ciência econômica voltou suas atenções menos para questões psicológicas e éticas, em prol do estudo das relações entre agentes maximizadores, de racionalidade calculista. Esse reducionismo ético e psicológico utilitarista influenciou diretamente as escolas econômicas ortodoxas posteriores e justificou a aplicação da matemática nas ciências morais e, portanto, no estudo do comportamento humano. Na verdade,

⁹ “As formulações iniciais da regra de Friedman remontam no passado aos escritos de Jeremy Bentham e Henry Thornton”.

¹⁰ “Assim, Bentham combina a sua visão de que a riqueza cresceu independentemente do crescimento monetário ao longo do tempo – uma visão cada vez mais favorecida – com o seu desejo de estabilização do nível de preços para formar uma primeira versão da regra de taxa de crescimento”.

essa era a intenção de Bentham: tornar a ciência social em uma ciência modelo, ideal.

The ideal of science which men then held was represented by celestial mechanics; its hero was Newton, whose system had been popularized by Voltaire; its living exemplars were the great mathematicians of the French Academy. Bentham hoped to become "the Newton of the Moral World"¹¹. (MITCHELL, 1918, p.164)

Na concepção psicológica utilitarista, desenvolvida mais profundamente por James Mill, a mesma ambição era evidente:

[James] Mill, like his Scottish rivals, applies 'Baconian' principles. The inductive method, which had already been so fruitful in the physical sciences, will be equally effective in philosophy, and ever since Locke, philosophy had meant psychology. The 'philosophy of the mind' and the philosophy of the body may be treated as co-ordinate and investigated by similar methods. In the physical sciences we come ultimately to the laws of movement of their constituent atoms. In the moral sciences we come in the same way to the study of 'ideas'¹². (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 122)

A segunda questão foi a freqüente comunhão entre a ciência normativa e a ciência positiva. Como vimos anteriormente, a teoria utilitarista prega que hedonismo individual como teoria psicológica e prega um hedonismo universal como princípio ético. Essa confusão aparece também no cálculo da felicidade. Tanto ele era usado (instintivamente) pelos homens para tomar suas decisões como deveria ser usado para avaliar punições penais, utilidade das leis, etc. Nas escolas seguintes essa freqüente mistura entre elementos da ciência positiva com a ciência normativa culminou por negligenciar as discussões éticas. Já não havia necessidade de discutir os fins humanos uma vez que "o que os homens desejam é a felicidade" e "o que é felicidade? é o que os homens desejam". Sendo assim, a ciência econômica

¹¹ "O ideal de ciência que os homens de então pretendiam era representada pela mecânica celeste; seu herói era Newton, cujo sistema foi popularizado por Voltaire; os seus exemplares vivos eram os grandes matemáticos da Academia francesa. Bentham esperava se tornar 'o Newton do mundo moral'".

¹² "[James] Mill, assim como seus rivais escoceses, aplica princípios 'Baconianos'. O método indutivo, que já havia sido tão frutífero nas ciências físicas, será igualmente eficaz na filosofia e, a partir de Locke, a filosofia significava psicologia. A 'filosofia da mente' e a filosofia do corpo podem ser tratadas como coordenadas e investigadas por métodos similares. Nas ciências físicas, nos debruçamos sob as leis do movimento dos seus átomos constituintes. Nas ciências morais nos debruçamos da mesma forma para o estudo das 'idéias'".

passa, a partir da escola utilitarista, a dar maior ênfase às relações mecânicas e logísticas do mercado e da troca, e menos em discussões sobre os fins individuais e sociais.

Essas duas questões supracitadas são características patentes do “engineering approach” na ciência econômica identificado por Sen. É evidente que o utilitarismo não foi o único responsável por essa herança reducionista. Outras escolas do pensamento também tiveram o seu papel. Sen (1987, p.4) observa que “this ‘engineering approach’ to economics has come from several different directions¹³”. Entretanto é recorrente na literatura a constatação de que a filosofia utilitarista ajudou a consolidar essa posição. Conforme observa Mitchell, que é claramente um entusiasta da teoria utilitarista,

Jeremy Bentham has one service yet to perform for students of the social sciences. He can help them to work free from that misconception of human nature which he helped their predecessors to formulate¹⁴. (MITCHELL, 1918, p.161)

3.1 No Marginalismo e no Neoclassicismo

A escola marginalista é caracterizada pelo uso da análise marginal na economia e pelo desenvolvimento da teoria da utilidade marginal. O marco inicial dessa escola, apontado por diversos historiadores econômicos, é a publicação, em 1870, dos influentes livros de William Stanley Jevons (1835-1882), economista inglês e professor da Owens College de Manchester, e de Carl Menger (1840-1921), economista fundador da Escola Austríaca. Se junta a eles o economista francês Léon Walras (1834-1910), que publica sua obra mais importante três anos depois.

A publicação dos livros¹⁵ destes três grandes economistas marca o que a história econômica intitulou de Revolução Marginalista. É verdade que o conceito de

¹³ “Esse ‘engineering approach’ a economia é oriunda de diversas direções diferentes”.

¹⁴ “Jeremy Bentham tem ainda um serviço a realizar pelos estudantes das ciências sociais. Ele pode ajudá-los a trabalhar livre desse falso juízo da natureza humana que ele ajudou os seus antecessores a formular”.

¹⁵ Jevons em *The Theory of Political Economy*, Menger em *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (ou *Princípios de Economia*) e Walras em *Eléments d’Economie Politique Pure*.

utilidade marginal já havia sido desenvolvido anteriormente. Hermann Gossen¹⁶ (1810-1858), economista prussiano, publica, em 1854, a sua mais importante obra onde formula a teoria¹⁷. Os três autores citados anteriormente, entretanto, “melhoraram-na e a ampliaram, mas a sua façanha histórica consiste na estrutura teórica que erigiram sobre a mesma”, conforme Schumpeter (1964, p.327).

O uso da análise marginal da economia representa um direcionamento das atenções para o ponto de mudança em que as decisões dos agentes são tomadas. Ao invés da análise dos agregados, as mudanças de quantidades são analisadas pelo acréscimo ou decréscimo da última unidade em questão.

A teoria do valor utilidade, ou teoria do valor subjetivo, surge em oposição a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo. Ela atribui o valor de troca de um dado bem ou serviço em relação à sua utilidade. O valor de troca de um bem ou serviço depende da capacidade deste bem ou serviço de satisfazer necessidades¹⁸. Assim, os preços, para os marginalistas, eram determinados fundamentalmente pela demanda, e não pela oferta, como sugeria Ricardo. A teoria do valor utilidade é a base de toda a teoria moderna do consumidor, sintetizada anos mais tarde por Alfred Marshall¹⁹.

A aliança histórica entre a teoria da utilidade e a filosofia utilitarista era óbvia, e não podemos condenar homens que não eram teóricos por suspeitarem da existência, também, de um vínculo lógico. Além disso, alguns dos maiores expoentes da utilidade marginal eram, na verdade, utilitaristas convictos: tanto Gossen como também Jevons e Edgeworth. (SCHUMPETER, 1964, p.328)

¹⁶ “Yet more than anyone else – with the possible exception of Jevons – Gossen’s economics seems to be rooted in an attempt to mathematize Bentham’s hedonic calculus”. (EKELUND; HÉBERT, 2007, p.294), tradução: “No entanto, mais do que ninguém – com a possível exceção de Jevons – a economia de Gossen parece estar enraizada numa tentativa de matematizar o cálculo hedônico de Bentham”.

¹⁷ Jevons, no prefácio da segunda edição do seu *Theory* afirma que tomou conhecimento do livro de Gossen apenas em 1878 e constata que “It is quite apparent that Gossen has completely anticipated me as regards the general principles and method of the theory of Economics. So far as I can gather, his treatment of the fundamental theory is even more general and thorough than what I was able to scheme out”. (JEVONS, 1911, p.xxxv), tradução: “É bastante evidente que Gossen tenha completamente me antecipado em respeito aos princípios gerais e aos métodos da teoria econômica. Pelo que posso ver, o seu tratamento da teoria fundamental é ainda mais geral e completo do que eu fui capaz de esquematizar”.

¹⁸ “Os termos riqueza e valor se explicam mutuamente. Um artigo só entra na composição de uma riqueza se possui algum valor. A riqueza se mede de acordo com os graus desse valor. Todo valor se baseia na utilidade [...] Onde não há utilidade, não pode haver valor algum”. (HUNT, 2005, p.125)

¹⁹ Ver Simonsen (1983), cap. 2.

O tratamento dado a utilidade por esses autores foi similar: “todos eles trataram a utilidade (ou a satisfação das necessidades) como fato psicológico conhecido através da introspecção, e como a ‘causa’ do valor” afirma Schumpeter (1964, p. 327). Isso é uma evidente influência utilitarista. Cada agente seria capaz de atribuir utilidade a um bem ou serviço graças a sua experiência, ou pela associação de experiências. Tratavam a teoria do valor utilidade como uma teoria “psicológica do valor”²⁰.

It is well known that certain of the founders of the modern subjective theory of value did in fact claim the authority of the doctrines of psychological hedonism as sanctions for their propositions. [...] the names of Gossen and Jevons and Edgeworth, to say nothing of their English followers, are a sufficient reminder of a line of really competent economists who did make pretensions of this sort. Gossen's *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs* certainly invokes hedonistic postulates. Jevons in his *Theory of Political Economy* prefaces his theory of utility and exchange with a theory of pleasure and pain. Edgeworth commences his *Mathematical Psychics* with a section which urges the conception of "man as a pleasure machine"²¹. (ROBBINS, 1945, p. 84-85, grifo nosso)

Schumpeter (1964, pg. 326) chama atenção para a influência utilitarista no tratamento da oferta pelos neoclássicos. “Tenhamos sempre em mente que, embora devamos tratar a teoria da utilidade [...] como uma teoria do comportamento [...], a sua importancia estende-se muito além [...] para o âmbito das teorias de produção e da formação da renda”. Marshal, segundo Schumpeter, desenvolveu sua teoria do custo real sobre bases utilitaristas: em termos de esforços e sacrifícios do uso do capital, por exemplo. “A importancia analítica da questão jaz em suas implicações sobre o conceito de oferta de mão-de-obra, e se adotarmos a teoria da abstinência para os juros, na oferta de capital” (SCHUMPETER, 1964, p.329).

²⁰ Mais tarde essa posição seria abandonada – pela óbvia dificuldade em defende-la –, passando a ser considerada como uma teoria de “valores lógicos” e não psicológicos. Ver Schumpeter (1964, p.330).

²¹ “É sabido que alguns dos fundadores da moderna teoria subjetiva do valor de fato reivindicavam a autoridade da doutrina do hedonismo psicológico como uma ratificação para as suas proposições. [...] os nomes de Gossen e de Jevons e de Edgeworth, sem falar dos seus seguidores ingleses, são uma lembrança suficiente de uma linha de economistas competentes, que realmente tinham ambições desse tipo. *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs* de Gossen certamente invoca postulados hedonistas. Jevons, em seu *Theory of Political Economy*, prefacia sua teoria da utilidade e de troca com uma teoria do prezer e da dor. Edgeworth começa o seu *Mathematical Psychics* com uma seção que impele a concepção de ‘homem como uma máquina do prazer’.

O teorema fundamental de que a produtividade marginal (utilidade) no valor de um dólar a cada “fator” (bem de consumo) deve ser (pelo menos) igual à produtividade marginal (utilidade) para a firma (unidade familiar) da produtividade marginal (utilidade) no valor de um dólar de qualquer outro “fator” (bem de consumo) infere-se em ambos os casos, embora sob apresentação diversa, quer utilizemos as funções de produção (utilidade) ou simplesmente taxas marginais de substituição ou transformação. (SCHUMPETER, 1964, p.318)

Da mesma forma, os marginalistas absorveram o comportamento dos indivíduos contido na filosofia utilitarista²². Os agentes, ao atribuir valor de uso nos bens e serviços, buscariam maximizar a utilidade a todo o momento.

The theory which follows is entirely based on a calculus of pleasure and pain; and the object of economics is to maximise happiness by purchasing pleasure, as it were, at the lowest cost of pain. [...] I have no hesitation in accepting the Utilitarian theory of morals which does uphold the effect upon the happiness of mankind as the criterion of what is right and wrong²³. (JEVONS, 1911, p.23)

Ao transpor a filosofia utilitarista para a teoria de valor os marginalistas tiveram de enfrentar o problema da mensuração das utilidades. Jevons claramente rejeitou a comparação de utilidades entre diferentes indivíduos, seguindo, portanto, a idéia de Bentham que cada um é o melhor juiz das suas ações.

Todavia, conforme vimos anteriormente, no cálculo da felicidade, Bentham assinalou que uma das variáveis da formula era o fator *certeza*. Jevons mais uma vez seguiu os caminhos de Bentham: aplicou uma distribuição de probabilidades para medir a utilidade futura.

Like Bentham before him, Jevons injected a probabilistic element into economic analysis when he discussed the ways in which the uncertainty of future events and future “anticipated feelings” affect behaviour²⁴. (EKELUND; HÉBERT, 2007, p.324)

²² Ver Brue (2005), cap. 12.

²³ “A teoria que se segue é inteiramente baseada em um cálculo de prazer e dor, e o objeto da economia é o de maximizar a felicidade através da compra de prazer, por assim dizer, com o menor custo de dor. [...] Não tenho nenhuma hesitação em aceitar a teoria utilitarista da moral que faz manter o efeito sobre a felicidade da humanidade como o critério do que é certo e errado”.

²⁴ “Assim como Bentham antes dele, Jevons injetou um elemento probabilístico na análise econômica, quando discutiu as maneiras como a incerteza dos eventos futuros e futuros ‘sentimentos antecipados’ afetam o comportamento”.

Além do mais o utilitarismo influenciou fortemente na economia comportamental. A pressuposição de que é possível influir nas associações que a mente humana realiza para criar padrões de conduta através de incentivos e desincentivos, assumindo um indivíduo racional maximizador de algo homogêneo, sem qualidades, é uma das presunções encontradas nas teorias de economia comportamental, mais especificamente na hipótese das expectativas racionais.

A revolução marginalista é o marco inicial da teoria neoclássica que, em grande parte, é um aperfeiçoamento das técnicas empregadas pelos três autores discutidos nessa sessão. É verdade que dentre os três, Jevons foi o mais fiel ao utilitarismo. Menger, principalmente, logo passou a rejeitar a explicação psicológica utilitarista para justificar suas descobertas. Walras, também, viu-se menos obrigado a justificar com bases utilitaristas seu progresso. Todavia é inegável que, principalmente em Walras, a visão mecanicista das relações humanas tinha grande influência da abordagem utilitarista. A escola neoclássica aos poucos foi desvincilhando-se da teoria utilitarista, mas durante um bom período o problema da mensurabilidade das utilidades pessoais foi problema enfrentado pelos economistas dessa tradição. Isso é uma clara demonstração de como o utilitarismo perdurou nas discussões econômicas.

3.2 Na Economia do Bem-Estar Social

A economia do bem-estar social é um ramo da ciência econômica que estuda formas e critérios de distribuição do bem-estar da sociedade entre os indivíduos. A análise de bem-estar social está normalmente associada ao agregado do bem-estar dos indivíduos que compõem a sociedade em questão. A avaliação do bem-estar social pode estar focada em razão da eficiência da distribuição ou em alguma teoria de justiça.

Amartya Sen critica duramente as teorias modernas de bem-estar social. Considera que o distanciamento das teorias de bem-estar com as questões éticas – decorrente da predominância do “engineering approach” – acabaram por torná-las muito precárias. “In classical political economy there were no sharp boundaries

drawn between welfare economic analysis and other types of economic investigation²⁵”, afirma.

A abordagem da moderna economia do bem-estar social tomou forma com o utilitarismo. “So far as this goes, modern welfare economists merely revive the Benthamite tradition²⁶”, afirma Schumpeter (2006, p.1035). Anos mais tarde, Sen (1987, p.30) observa que “in fact, the traditional welfare economic criterion used to be the simple utilitarian one²⁷”. Como vimos, Bentham idealizava o ótimo social como a “maior felicidade para o maior número”.

Devemos lembrar que o utilitarismo toma forma através da intersecção de duas abordagens: por um lado é uma teoria de como agir; recomenda que as ações sejam medidas pelas suas conseqüências – portanto, uma forma de conseqüencialismo. De outro, é uma teoria de valor moral; recomenda que a base de avaliação (da conseqüência) da ação seja a sua utilidade, ou o seu prazer, ou o seu bem-estar – medido através do “cálculo da felicidade”.

Outro ponto importante é que, para a filosofia utilitarista, a busca pela felicidade (ou utilidade, ou bem-estar) é intrínseca ao homem: ele naturalmente age em busca do maior prazer e menor dor. Assim, as preferências individuais manifestam-se sempre desta forma: buscar a maior utilidade.

Por outro lado, Bentham rejeitava a idéia de uma unidade social.

The community is a fictitious body, composed of the individual persons who are considered as constituting as it were its members. The interest of the community then is, what is it?—the sum of the interests of the several members who compose it. [...]It is in vain to talk of the interest of the community, without understanding what is the interest of the individual²⁸.
(BENTHAM, 2000, p.15)

Assim, a teoria do bem-estar social utilitarista é uma adição das conseqüências das ações individuais. O hedonismo universal, pregado por Bentham como uma teoria social, advém diretamente do hedonismo individual; os homens, ao exercerem suas preferências por maior felicidade, desde que não atrapalhassem no

²⁵ “Na economia clássica não havia limites nítidos traçados entre a análise de bem-estar econômico e outros tipos de investigação econômica”. (SEN, 1987, p.29, tradução nossa)

²⁶ “Pelo que segue, os modernos economistas do bem-estar só fazem reavivar a tradição Benthamita”.

²⁷ “Na verdade, o critério de bem-estar econômico tradicional costumava ser o utilitarista”.

²⁸ “A comunidade é um corpo fictício, composto de pessoas individuais que são consideradas como constituidores, como os seus membros. O interesse da comunidade, então, o que é? – É a soma dos interesses dos diversos membros que a compõe. [...] É em vão falar do interesse da comunidade, sem entender o que é o interesse do indivíduo”.

mesmo objetivo dos demais indivíduos, gerariam um ótimo social. Essa idéia é o pilar central das teorias de bem-estar social modernas. Conforme observa Tocchetto,

[...] Identificação do bem-estar com a satisfação das preferências individuais. Essa identificação é o elo existente entre todas as avaliações de mercado e o bem-estar, constituindo o *core* da Economia de Bem-Estar. [...] Maximizar utilidade significa fazer sempre aquilo que se prefere fazer. (TOCCHETTO, 2008, p.26-27)

Portanto, o critério utilitarista de aferição do bem-estar social é a soma total das utilidades individuais, “nada mais sendo considerado possuidor de valor intrínseco²⁹”. Esse princípio é conhecido na literatura econômica como “outcome utilitarianism”, ou “utilitarismo consequencialista”.

Assim sendo, o princípio de bem-estar do “outcome utilitarianism” é a junção de dois requisitos: o *welfarismo*, que requer que o ótimo social seja função apenas da utilidade, ou seja, o critério de escolha entre dois possíveis estados de bem-estar social deve ser tão somente a utilidade total destes dois estados; e o “*ranking pela soma*” [“sum-ranking”], requer que o ótimo social considere apenas o somatório das utilidades individuais, ou seja, os indivíduos têm peso igual no cálculo social. Assim, o utilitarismo oferece um critério único para julgar entre dois estados possíveis, qual seja a utilidade, e um critério único para a identificação de um estado, qual seja, a soma das utilidades dos indivíduos (igualmente considerados).

“Over more than two centuries, utilitarianism had been the uncontested school of thought for issues of welfare and redistribution³⁰”, observa Gaertner (2009, p.121). Esta tradição utilitarista na avaliação do bem-estar social foi seguida por Marshall, Pigou, Pareto, Sidgwick e Edgeworth³¹, para mencionar alguns, e foi predominante pelo menos até a década de 1930, quando Lionel Robbins fez influente crítica à comparação interpessoal da utilidade³². Sem uma base de comparação da utilidade

²⁹ “[...] nothing else being taken to be of intrinsic value”. (SEN, 1987, p.30, tradução nossa)

³⁰ “Por mais de dois séculos, o utilitarismo foi a escola do pensamento incontestado para questões de bem-estar e redistribuição”.

³¹ “As muitas contribuições de Edgeworth são, talvez, bem exemplificadas pela parte da sua teoria da tributação que se ocupa da justiça. O assunto é tratado conforme o espírito de sua obra *New and Old Methods of Ethics* (1877), isto é, o espírito do hedonismo e do utilitarismo”. (SCHUMPETER, 1964, p.341)

³² Importante ressaltar que Jevons já apontava a inconsistência lógica da comparação interpessoal da utilidade.

dos vários indivíduos, não é possível somar as diversas utilidades individuais, uma vez que a atribuição de valores não é uniforme.

Tudo isso é apenas benthamismo redivivo [...] e implica não somente numa concepção quantitativa de utilidade, satisfação ou bem-estar, mas também na idéia de que as satisfações de diferentes pessoas podem ser comparadas e, em particular, somadas no Bem-Estar geral da sociedade como um todo – idéia da “comparabilidade interpessoal da utilidade”. (SCHUMPETER, 1964, p.341)

Neste sentido, a teoria de Pareto parece ter dado uma solução alternativa a esse problema, sendo o principal responsável pela longevidade da influência utilitarista na economia de bem-estar social. Conforme observa Sen,

The enormous standing of Pareto optimality in welfare economics, as was argued earlier, relates closely to the hallowed position of utilitarianism in traditional welfare economics (before questions were raised about the possibility of interpersonal comparisons of utility). If interpersonal comparisons of utility are dropped, but nevertheless utility is regarded as the only thing of intrinsic value, then Pareto optimality would be the natural surviving criterion, since it carries the utilitarian logic as far forward as possible without actually making any interpersonal comparisons of utility³³. (SEN, 1987, p.38)

Mesmo tendo aceitado a crítica de Robbins, a *New Welfare Economics* de Hicks e Kaldor ainda utilizava o método de agregar utilidades para aferir o ponto social ótimo, de maneira que resquícios da influência utilitarista ainda permanecem presentes.

³³ “A imensa importância da otimalidade de Pareto na economia do bem-estar, como já foi discutido, relaciona-se estreitamente com a posição consagrada do utilitarismo na economia de bem-estar tradicional (antes de ter sido questionada a possibilidade de comparações interpessoais de utilidade). Se fossem postas de lado as comparações interpessoais de utilidade, mas ainda assim a utilidade fosse considerada a única coisa de valor intrínseco, a otimalidade de Pareto seria o critério sobrevivente natural, pois leva o mais longe possível a lógica utilitarista sem realmente fazer comparações interpessoais de utilidade”.

4 CRÍTICAS AO UTILITARISMO

Vimos que o utilitarismo foi extremamente influente e legou importantes contribuições nas escolas do pensamento econômico posteriores. O resultado dessa influência resultou em boa parte dos conceitos e métodos aplicados na teoria neoclássica e na teoria do bem-estar social.

Algumas dessas contribuições, entretanto, desvincularam-se da tradição utilitarista. Boa parte das críticas direcionadas às bases utilitaristas da teoria neoclássica não tiveram o efeito de frear o avanço dessa vertente, pois seus adeptos buscaram outras formas de justificar o seu uso. A mudança gradual do conceito de “utilidade” na teoria do consumidor para “preferências” é um exemplo disso. Simonsen descreve a respeito da teoria do consumidor que,

Do ponto de vista psicológico, essa hipótese tradicional é extremamente simples e até sob vários aspectos, simplista. [...] Os fundamentos psicológicos da teoria tradicional devem ser compreendidos com algum pormenor. Em princípio, a idéia de comportamento racional poderia ser interpretada de duas maneiras: a primeira conferir à palavra racional alguma conotação ética objetiva, e supor que o individuo se orientasse por tal padrão de conduta. Essa interpretação, no entanto, além de envolver difíceis juízos de valor, seria empiricamente inaceitável, pois a prodigalidade e a imprevidência são características muito espalhadas no gênero humano. A famosa crítica de Thorstein Veblen à teoria marginalista mostra, em essência, a impropriedade dessa interpretação do comportamento racional. (SIMONSEN, 1983, p.3-4)

Esse “padrão de conduta” apontado por ele é oriundo da teoria utilitarista, conforme vimos anteriormente. Entretanto, ao longo do desenvolvimento dessa teoria, os economistas abandonaram as premissas utilitaristas, por conta da dificuldade de defender um padrão de comportamento baseado no reducionismo moral, característico daquela escola. Assim, os economistas passaram a justificar o comportamento racional excluindo a discussão ética, restando apenas uma espécie de truísmo racionalista.

A segunda interpretação, hoje genericamente incorporada à teoria econômica, abstrai qualquer conotação ética ou objetiva na idéia de comportamento racional. O consumidor, num determinado instante, atua racionalmente, quando ele se situa no ponto mais alto de sua escala de preferências, dentro de suas possibilidades. (SIMONSEN, 1983, p.4)

De fato, Schumpeter (1964, p.329) concorda que “na realidade, não é difícil demonstrar que a teoria do valor utilidade é inteiramente independente de quaisquer postulados ou filosofias hedonistas”. Mas como demonstrado anteriormente através de citação do próprio Schumpeter, é inegável que essa teoria foi primeiro concebida sob bases utilitaristas.

Todavia, essas são críticas direcionadas não tanto às bases da teoria utilitarista; mas principalmente aos elementos utilitaristas incorporados no marginalismo e no neoclassicismo. São, portanto, críticas indiretas. Tratemos agora de elencar críticas ao método utilitarista em si e às sua base moral.

4.1 Crítica às Bases Morais Utilitaristas

Boa parte da crítica ao utilitarismo é direcionada ao já mencionado caráter mecanicista com que trata as relações humanas, aproximando-se da física e das ciências exatas. A possibilidade de mensurar utilidades através de um cálculo da felicidade era uma tentativa de tornar a ciência moral uma ciência exata.

And yet he can lay down laws of absolute validity, because he seems to be deducing them from one or two formulæ corresponding to the essential and invariable properties of the ultimate unit--whether man or ideas. From this follows, too, the tendency to speak as if human desires corresponded to some definite measurable things, such as utility in ethics, value in political economy, and self-interest in politics. This point appears in the application of Mill's theories to the moral sciences¹. (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 129)

Entretanto, ao incluir diversas variáveis subjetivas no cálculo, apesar do seu apelo científico, não passava de um esquema sem fundamento real.

The felicific calculus turned out to be a singularly versatile instrument. Men could make it prove what they liked by choosing certain assumptions concerning the relative importance of various imponderable factors, or

¹ “E ainda assim ele pode estabelecer leis de validade absoluta, porque ele parece estar deduzindo-as de uma ou duas fórmulas correspondentes às propriedades essenciais e invariáveis da unidade final – se o homem ou as idéias. Desse segue também a tendência de falar como se os desejos humanos correspondessem a alguma medida definitiva das coisas, tal como a utilidade na ética, o valor na economia política e o auto-interesse na política. Esse ponto aparece na aplicação das teorias de Mill às ciências morais”.

concerning the relative sensitiveness to pleasure of different classes of people². (MITCHELL, 1918, p.180)

Essa aproximação da ciência moral com as ciências físicas já foi diversas vezes rejeitada pelos filósofos. Do ponto de vista econômico, um ótimo argumento contra essa tentativa é dado por Lord Turner:

This is where economics, as it is a social science, is different from physics [...]. There are probably very few genuinely deep and therefore stable parameters or relationships in economics as distinct to the physical sciences, where the laws of gravity are as good an approximation to reality one day as the next. Now of course, in this stage was probably someone who says that even in physics, well, physics isn't really like that because there's heisenberg uncertainty principle and all that, but the point is that for living day today we can work with newtonian physics, and we can work with the assumption that [...] the laws of gravity are a reasonable approximation to reality one day to the next. But it isn't often the same with the social sciences [...] where what is happening is that the reality is being changed by changing behaviours which reflects changing results of the past³. (TURNER, 2010)

Afora o mecanicismo utilitarista, é recorrente a crítica sobre o reducionismo ético dessa escola. É evidente que o tratamento dado por essa filosofia a racionalidade dos indivíduos é incompleto. O princípio moral utilitarista não privilegia o hedonismo: ele aceita apenas o hedonismo, excluindo todos os outros princípios morais que poderiam reger a conduta individual.

Utilitarianism is the principle of having no (moral) principles except those found by experience, in actual situations, to lead in practice to the most

² “O cálculo da felicidade acabou sendo um instrumento singularmente versátil. Homens poderiam fazê-lo provar o que bem desejavam, escolhendo certas suposições a respeito da importância relativa de vários fatores imponderáveis, ou a respeito da sensibilidade em relação ao prazer de diferentes classes de pessoas”.

³ “Isto é onde a economia, como ciência social que é, difere da física. [...] Há provavelmente muitos poucos, realmente profundos, parâmetros estáveis ou relações na economia em oposição às ciências físicas, onde as leis da gravidade é tão boa aproximação da realidade de um dia para outro. Agora, é claro que, nesse momento, provavelmente alguém diria que mesmo na física, bem, física não é realmente assim porque existe o princípio da incerteza de Heisenberg e tudo isso, mas o ponto é que para vivermos a vida diária, podemos trabalhar com a física newtoniana, e podemos trabalhar com a hipótese de que [...] as leis da gravidade são uma aproximação razoável da realidade, dia após dia. Mas não é o mesmo que ocorre com as ciências sociais [...] onde o que ocorre é que a realidade está sendo mudada pela mudança dos comportamentos que refletem mudanças nos resultados passados”.

'useful' results, i.e., the greatest (personal and) general 'happiness'⁴. (TAYLOR, 1960, p.122)

O princípio hedonista, ao ser levado a suas últimas conseqüências pelo utilitarismo, exclui qualquer influência do meio em que o indivíduo desenvolve suas escolhas. A única limitação aceita pelo utilitarismo é a limitação da própria experiência humana. A priori, a ética utilitarista iguala os indivíduos ao afirmar que cada um é o melhor juiz do seu próprio prazer. Ademais, a psicologia associacionista aliada ao hedonismo extremo – o impulso da ação é o prazer – gerou diversas incoerências e renegou características humanas complexas como a liberdade.

[...] 'Idea of a pleasure should excite the idea of the action which is the cause of it; and how, when the idea exists, the action should follow'. An 'end' is a pleasure desired, and gives the 'motive.' When we start from the motive and get the pleasure the same association is called 'will.' 'Free-will' is of course nonsense⁵. (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 130)

Apesar de ter buscado um racionalismo extremo para o julgamento moral e do bem-estar coletivo, a verdade é que Bentham impregnou sua teoria utilitarista de valores próprios, mas de tal forma que não conseguia enxergar que seu próprio julgamento estava ali contido e não era fruto dos fatos-sensações.

In the first place, the denial of any moral quality in motive seems to be inconsistent with Mill's own principles. The Utilitarian, according to him, holds that the moral law is essentially the statement that certain conduct produces general happiness. If, then, we ask, 'who is a good man?' we first reply that he is a man whose conduct produces happiness. Another conclusion is obviously necessary, and is implied in Mill's statement that the 'intention' is essential to morality. The man, that is, must foresee that his conduct will produce happiness. The 'calculation' is precisely what makes an action moral as well as accidentally useful. In other words, the man is good to whom the knowledge that an act will produce happiness is the same thing as a command to perform the act. The 'intention' could not affect conduct

⁴ "Utilitarismo é o princípio de não ter princípios (morais), exceto aqueles assentados pela experiência, em situações reais, para conduzir, na prática, ao resultado mais 'útil', i.e., a maior felicidade (pessoal e) geral".

⁵ "A idéia de que um prazer deve incitar a idéia da ação que é a causa dela; e como, quando a idéia existe, a ação deve seguir'. Um 'fim' é um prazer desejado, e dá o 'motivo'. Quando partimos do motivo e alcançamos o prazer, a mesma associação é chamada 'vontade'. Nesse sentido, 'livre-arbítrio' é absurdo".

without the corresponding motive, and Mill can at times recognise the obvious consequence⁶. (STEPHEN, 1900, Vol. II, p. 134)

O utilitarismo de Bentham e de Mill não conseguiu satisfatoriamente resolver o problema da soma das utilidades para aferir o ótimo social. Conforme antes mencionado, a soma da utilidade de diversos indivíduos compreende que as utilidades individuais deveriam estar ancoradas numa mesma base de mensuração. Assim, o utilitarismo deveria prever uma forma de realizar o cálculo entre diversos indivíduos, uma vez que o “cálculo da felicidade”, apesar de incluir a extensão da utilidade da ação entre os diversos indivíduos afetados, não satisfaz a condição necessária para a identificação do ótimo social. Conforme Gaertner (2009, p. 121) “[...] while it focuses on maximizing the sum of individual utilities, it is largely unconcerned with the interpersonal distribution of this sum⁷”. É óbvio que a distribuição da soma deveria proceder à resolução do problema da comparação interpessoal das utilidades. Sem uma resposta ao último, Bentham e Mill não conseguiriam (como de fato ocorreu) resolver a questão da distribuição da soma.

Assim, apesar da importante influência do utilitarismo na ciência econômica, a análise de suas contribuições deve ser acompanhada por alguns pormenores. Schumpeter (2006) é incisivo ao afirmar que:

As regards economic sociology, utilitarianism can only be described as a complete failure since its rationalistic conception of individual behavior and of social institutions was obviously and radically wrong. But as regards that part of economic analysis which works with rational schemata, utilitarian philosophy, though superfluous, does no harm. And this fact, as critics would have recognized if they had been competent economists, salvages the bulk

⁶ “Em primeiro lugar, a negação de qualquer qualidade moral aos motivos parece ser inconsistente com os princípios do próprio Mill. O utilitarista, segundo ele, sustenta que a lei moral é essencialmente a afirmação de que determinada conduta produz felicidade geral. Se, então perguntar, ‘quem é um homem bom?’, primeiro respondemos que ele é um homem cuja conduta produza felicidade. Outra conclusão é obviamente necessária e está implícita na declaração de Mill que a ‘intenção’ é essencial para a moralidade. O homem, assim é, deve prever que a sua conduta vai produzir felicidade. O ‘cálculo’ é precisamente o que faz com que uma ação moral bem como acidentalmente útil. Em outras palavras, o homem é bom para quem o conhecimento de que um ato irá produzir felicidade é a mesma coisa que o comando para realizar um ato. A ‘intenção’ não poderia afetar a conduta sem o motivo correspondente, e Mill às vezes pode reconhecer a consequência óbvia”.

⁷ “Enquanto foca na maximização da soma das utilidades individuais, está amplamente despreocupada com a distribuição interpessoal dessa soma”.

of the work in economic analysis done by the utilitarians⁸. (SCHUMPETER, 2006, p. 385-386)

4.2A Crítica de John Stuart Mill

John Stuart Mill pretendeu seguir fielmente os passos de Bentham. Entretanto, ao desenvolver a teoria utilitarista caiu em contradições e incoerências lógicas e acabou criando uma teoria bastante diferente de seus mestres (HUNT, 2005, p.177).

Segundo Hunt, o seu *Princípios de Economia Política*, publicado em 1848, foi “a última grande tentativa de integrar a teoria do valor-trabalho e a perspectiva utilitarista” (HUNT, 2005, p.177). Sua exposição sobre a ética utilitarista é encontrada no livro de 1863, chamado *Utilitarismo*. Ao contrário de Bentham, era um grande entusiasta das liberdades individuais. Foi igualmente importante na política inglesa. Assim como Bentham e James Mill, acreditava piamente no papel do Estado interventor, quando justificado pelos princípios utilitaristas.

A crítica fundamental de J.S. Mill é sobre a impossibilidade apontada por Bentham de classificar qualitativamente das sensações. A idéia de que duas ações idênticas em termos de quantidades de utilidade seriam indiferentes do ponto de vista moral, não foi aceita por ele.

Segundo John Stuart Mill (em suas próprias palavras) era melhor ser um Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito. Portanto, insistiu na idéia de que alguns prazeres seriam moralmente superiores a outros. Assim, J. S. Mill sugeriu que haveria algum outro critério de avaliação das ações que não fosse a quantidade de felicidade. E isto é evidentemente contrário ao utilitarismo desenvolvido por Bentham e seu pai.

Justificou que a gama de experiências de um indivíduo deveria ser considerada para avaliação dos prazeres. Por exemplo, um indivíduo que nunca teve acesso a música clássica jamais saberia os prazeres resultantes de escutá-la. Mais do que isso: sabedor dos prazeres de escutar música popular, menos

⁸ “No que diz respeito à sociologia econômica, o utilitarismo só pode ser descrito como um fracasso total uma vez que a sua concepção racionalista do comportamento individual e das instituições sociais estava radicalmente e obviamente errada. Mas relativo à parte da análise econômica que trabalha com esquemas racionais, apesar de supérflua, a filosofia utilitarista não aflinge. E este fato, como os críticos haveriam reconhecido se fossem economistas competentes, salva a maior parte do trabalho na análise econômica feita pelos utilitaristas”.

complexa e obviamente de menor qualidade, jamais teria incentivo de experimentar música clássica, que é moralmente mais elevada, por ser qualitativamente melhor. Conforme vimos anteriormente, o indivíduo é passivo às sensações: não tem impulso por agir a não ser pelo “incentivo” das sensações. Portanto, John Stuart Mill afirma que aquele indivíduo que “sofreu” um maior número de experiências de prazer e dor seria um melhor juiz para julgar os “melhores prazeres”. Isso fere um dos fundamentos utilitaristas, qual seja, que cada pessoa é o único juiz de seus próprios prazeres. A divergência suscitada por Mill abria as possibilidades para a comparação de utilidades por um critério de qualidade, que era totalmente descartado por Bentham e James Mill.

5 CONCLUSÃO – OCULTAÇÃO E REVELAÇÃO DA MORAL

O utilitarismo de Jeremy Bentham e James Mill surgiu como uma teoria ética conseqüencialista, baseada no individualismo metodológico; objetivava criar um código moral supremo, que serviria para julgar ações, pensamentos, instituições, leis e condutas. Foi uma manifestação clara dos sentimentos de seu tempo. Do ponto de vista da história do pensamento, é talvez a melhor síntese produto da influência do racionalismo extremado presente no Iluminismo francês (principalmente sob a influência de Helvétius) e Inglês (através dos empiristas britânicos).

Como teoria ética, o utilitarismo responde as duas questões fundamentais propostas no primeiro capítulo deste trabalho. “Como devemos viver?”, seria a primeira pergunta. Responde o utilitarismo: “devemos viver buscando a maior felicidade (utilidade) para si em todas as ações”. “O que é o bem para o coletivo dos homens?”, ou qual seria o critério de realização social do coletivo, seria a segunda questão. Eis que responde o utilitarismo: “é a maior felicidade para o maior número de pessoas”.

Mas se estendermos a primeira pergunta para “como vivem os homens?”; a resposta utilitarista seria “vivem buscando o maior prazer (felicidade, ou utilidade) para si em todas as ações”. Se estendermos a segunda questão para “mas como alcançar esse critério social?”; a resposta utilitarista seria “impedir que os homens, ao buscarem sua própria felicidade, interfiram os outros homens de buscar a sua própria felicidade. A forma de alcançar esse objetivo seria através da educação – que dará consciência aos homens das conseqüências de suas ações – e da legislação racional – que eliminaria os conflitos de interesses individuais”.

Toda a doutrina utilitarista é portanto arrastada entre duas proposições largamente antitéticas: uma proposição positiva, que enuncia que os homens devem ser considerados como indivíduos egoístas, calculadores e racionais e que tudo deve ser pensado, elaborado do seu ponto de vista; e uma proposição normativa, que afirma que os interesses dos indivíduos, começando pelo meu próprio, devem ser subordinados e até sacrificados, à maior felicidade geral. Ou ainda, todo utilitarismo envolve, em proporções infinitamente variáveis, o que se poderia chamar de uma axiomática do interesse e de uma axiomática sacrificial, de um encantamento pelo egoísmo e de uma apologia do altruísmo, de um ponto de partida cruelmente individualista e de uma inclinação globalizante e holística (CAILLÉ; LAZZERI; SENELLART, 2006, p. 497)

Assim, temos a revelação e a ocultação da moral. A ética individual utilitarista, ou o “como agir”, já está presente no homem, ele já age dessa maneira. Não há necessidade de maiores discussões éticas, pois exercer suas preferências é legítimo o suficiente para justificar o justo. Ademais, conforme vimos anteriormente, o homem é passivo: portanto, qualquer desvio de conduta de qualquer que seja o critério de ótimo social – e no caso do utilitarismo, é a simples maximização da soma das utilidades individuais – pode ser racionalmente “concertada”. Resta apenas o estudo de como moldar os incentivos e os desincentivos de forma mais racional possível. E, ao que me parece, boa parte da teoria econômica desenvolveu-se apenas com essa intenção: achar o ótimo eficiente para a solução de correção de desvios.

Mesmo apontada algumas dificuldades da teoria ética utilitarista – como a dualidade da base normativa com a positiva, a relação mecanicista das relações sociais e a sua visão psicológica redutivista – há grande mérito no fato de ter exercido grande influência, principalmente, na ciência econômica.

É, sem dúvida, necessário entender a teoria utilitarista para melhor compreender o desenvolvimento da teoria econômica dos últimos duzentos anos. A teoria de Bentham e Mill, que Sen caracterizaria como ‘ethic related approach’, visava um ‘engineering approach’ dentro das ciências morais. Esse foi o passo essencial para “libertar” a ciência econômica de discussões sobre a finalidade humana, sobre o justo. A ciência econômica moderna, neste sentido, não deixa de ser uma realização dos utilitaristas. Entretanto, esse distanciamento, conforme argumentado por Sen, ajudou a consolidar uma abordagem mecanicista das relações humanas na economia que, apesar de ter produzido importantes resultados, limitou o escopo da ciência econômica. Novamente, não pretendemos rechaçar os avanços alcançados por essa abordagem. Mas argumentar que o resgate das discussões éticas sem dúvida seria benéfico para a ciência. E este foi o objetivo deste estudo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

AVILA, Róber Iturriet. **Do homem smithiano ao *homo economicus*: egoísmo e dissolução da moral**. 2010. Tese (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. Kitchener: Batoche Books, 2000.

_____. **A fragment on government**. London: T. White & Co. Printers, 1832.

_____. **The works of Jeremy Bentham**. Vol. X. Published under the superintendence of his executor, John Bowring. London: Simpkin, Marshall, & Co., 1843.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Tradução por Luciana Penteado Miquelino da 6ª edição norte-americana. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (Org.). **História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CARVALHO, Olavo de. A liberdade como parteira da tirania. Artigo: **Diário do Comércio**, São Paulo, 02 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/070402dc.html>>. Acesso em 17 nov. 2011.

DEATON, Angus. **Economics and consumer behavior**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

EKELUND, Robert B. Jr.; HÉBERT, Robert F. **A history of economic theory and method**. Fifth Edition. Long Grove: Waveland Press, Inc., 2007.

GAERTNER, Wulf. **A primer in social choice theory**. New York: Oxford University Press Inc., 2009.

HUME, David. **A treatise of human nature**. Oxford: Clarendon Press, 1896.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JEVONS, William Stanley. **The theory of political economy**. Harvard: Macmillan and Co., 2008.

MACK, Mary Peter. The fabians and utilitarianism. **Journal of the History of Ideas**, University of Pennsylvania Press, v. 16, n. 1, p. 76-88, Jan. 1955.

MILL, James. **Analysis of the phenomena of the human mind**. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1878.

MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Principles of political economy**. New York: D. Appleton And Company, 1885.

MISSES, Ludwig von. **Epistemological problems of economics**. New York: Ludwig von Misses Institute, 2003.

MITCHELL, Wesley C. Bentham's felicific calculus. **Political Science Quarterly**, The Academy of Political Science, v. 33, n. 2, p. 161-183, Jun. 1918.

PAIM, Bruno. **O Conceito de racionalidade no institucionalismo**. 2009. Tese (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROBBINS, Lionel. **An essay on the nature and the significance of economic science**. London: Macmillan, 1945.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 4º Ed., tradução por Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. **História da análise econômica**. v. 3. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **History of economic analysis**. E-Book: Taylor & Francis e-Library, 2006.

SEN, Amartya. **On ethics and economics**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

_____; WILLIAMS, Bernard. **Utilitarianism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. Rational fools: A critique of the behavioral foundations of economic theory. **Philosophy and Public Affairs**, v. 6, n. 4, p. 317-344, verão 1977.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Teoria microeconômica**. 6º Ed., v. 1. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1983.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

STEPHEN, Leslie. **The english utilitarians**. v. I, II e III. Londres: Duckworth and Co., 1900.

STEVENSON, Jay. **O mais complete guia sobre filosofia**. São Paulo: Mandarin, 2001.

TAYLOR, Overton H. **A history of economic thought: social ideals and economic theories from Quesnay to Keynes**. New York: McGraw-Hill Book Company, Inc., 1960.

TAVLAS, George S. Some initial formulations of the monetary growth-rate rule. **History of Political Economy**, Duke University Press, v. 9, n.4, p. 535-547, inverno 1977.

THALER, R. H. From homo economicus to homo sapiens. **Journal of Economic Perspectives**, American Economic Association, v. 14, n.1, p.133-141, 2000.

TOCCHETTO, Daniela Goya. **Julgamento de justiça distributiva em John Rawls e Robert Nozwick: uma investigação experimental**. 2008. Tese (Mestrado em Ciências Economicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TURNER, Lord. **Market efficiency and rationality: why financial markets are different**. Palestra do evento Lionel Robbins Memorial Lectures conferida em 12 de outubro de 2010, na London School of Economics. Londres: London School of Economics, 2010. Disponível em: <http://www2.lse.ac.uk/newsAndMedia/videoAndAudio/channels/publicLecturesAndEvents/player.aspx?id=748>>. Acesso em 17 nov. 2011.

WILLIAMS, Bernard. **Ethics and the limits of philosophy**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.